



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM
CONTABILIDADE
MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

RONICLEIA FERREIRA FEITOZA DO BOMFIM

EVIDENCIAÇÃO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESEMPENHO
ECONÔMICO-FINANCEIRO:
UM ESTUDO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES DO CDP INVESTIDORES

SALVADOR - BA

2016

RONICLEIA FERREIRA FEITOZA DO BOMFIM

**EVIDENCIAÇÃO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESEMPENHO
ECONÔMICO-FINANCEIRO:
UM ESTUDO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES DO CDP INVESTIDORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) em Contabilidade da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Bahia, como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Área de Concentração: Controladoria

Orientadora: Prof.^a. Dr^a Sonia Maria da Silva Gomes.

SALVADOR - BA

2016

Modelo de ficha catalográfica fornecido pelo Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA para ser confeccionada pelo autor

FERREIRA FEITOZA DO BOMFIM, RONICLEIA
EVIDENCIAÇÃO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESEMPENHO ECONÔMICO-
FINANCEIRO: UM ESTUDO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES DO CDP
INVESTIDORES / RONICLEIA FERREIRA FEITOZA DO BOMFIM. --
SALVADOR, 2016.
81 f.

Orientador: SONIA MARIA DA SILVA GOMES.
Dissertação (Mestrado - MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS) --
Universidade Federal da Bahia, UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA,
2016.

1. Disclosure sobre mudanças climáticas. 2. Desempenho
econômico-financeiro. 3. CDP Investidores. 4. Teoria da
Divulgação. I. DA SILVA GOMES, SONIA MARIA. II. Título.

Dedico este trabalho a Deus, a James Bomfim e a Enzo Bomfim por me fazerem escandalosamente feliz!

AGRADECIMENTOS

A meu soberano, onipresente, onisciente e onipotente Deus que me inspirou a realizar este trabalho, que me fortaleceu quando imaginei não ser mais possível concluí-lo, ao me apresentar o verso bíblico do livro de Josué, capítulo 1, versículo 9: "Não te mandei eu? Sê forte e corajoso; não temas, nem te espantes, porque o SENHOR, teu Deus, é contigo por onde quer que andares."

Aos meus pais, Júlio e Maria de Lourdes Feitoza, por serem meus maiores exemplos de vida, por acreditarem sempre no meu crescimento e pelo apoio nos momentos mais difíceis.

À minha família, meus irmãos que tanto amo (especialmente a Roney que lutou bravamente pela vida, enquanto eu estava escrevendo esse trabalho), meus cunhados por acreditarem em mim, minhas cunhadas que sempre estiveram ao meu lado (muito pouco fisicamente, mas sempre em orações, Deus me deu o privilégio de ter cinco irmãs maravilhosas), meus sobrinhos e sobrinhas Raphael, Beatriz, Jonanthan, Carol Espulezinha, Carolzinha, Helen e Samuquinha (Tia ama muito), à minha sogra Ana Bomfim pelas orações e apoio.

Ao meu querido esposo, James Bomfim, por ser meu maior incentivador e por ter acreditado e lutado ao meu lado em todos os momentos. Devido ao seu amor, amizade, companheirismo, compreensão, apoio, e alegria, este trabalho pôde ser concretizado. Obrigada por ter feito do meu sonho o nosso sonho.

Ao meu lindo filho Enzo Bomfim, que faz o meu coração transbordar de amor e plena felicidade. Você, filho, é o maior tesouro que Deus me deu para cuidar. Além disso, embora seja tão pequenino, abaixo de Deus, você se transformou na minha maior fonte de motivação, que me impulsiona a vencer os maiores desafios da minha vida.

À minha orientadora, Dra. Sônia Maria Da Silva Gomes, por ter sido uma pessoa vital que Deus colocou na minha vida para a realização deste sonho. Obrigada pelas valiosas e tempestivas orientações, por estar sempre disposta a colaborar na construção deste trabalho e, sobretudo, pelas palavras de motivação quando imaginei ser impossível finalizar esta dissertação.

Aos professores, Dr. Adriano Leal Bruni, Dr. José Maria Dias, Dr. Antônio Carlos Ribeiro, Dra. Sheizi Calheira, e o queridíssimo Prof. Dr. José Bernardo Cordeiro.

Agradeço aos professores participantes da banca examinadora que dividiram comigo este momento tão importante e esperado: Dr. Francisco Gaudêncio Freires e Dra. Marcelle Colares.

À Universidade Federal da Bahia (UFBA), à Faculdade de Ciências Contábeis (FCC) e ao Programa de Pós Graduação Stricto Senso em Contabilidade (PPGCONT) por terem me proporcionado crescimento intelectual, formação acadêmica de alta qualidade e, por conseguinte, abrir portas para realizar meu sonho de ser uma professora universitária.

À CAPES - Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior - pelo apoio financeiro durante a elaboração da pesquisa.

De forma especial, quero agradecer aos meus amigos de mestrado Msc. Taianan Uzeda e Msc. Daniel Kouloukoui pelas orientações imprescindíveis para a qualificação e conclusão desta pesquisa. Vocês foram fundamentais para a minha vitória!

Aos demais amigos do mestrado, Tayse, José Venâncio, Kuama, José Tejada, Abel, Diego, Roberto, Leonardo, Marília, Luis e Almiro. Sinto nesse momento não me lembrar de todos os companheiros dessa jornada, àqueles que não foram citados peço perdão. Certo é que muitos contribuíram para que pudesse chegar até aqui. Muito obrigada.

A Rita Gois, irmã de longas jornadas que me ajudou a revisar esse trabalho, fiquei muito feliz em compartilhar esse momento com você. Te amo.

Ao Coordenador do programa de mestrado em contabilidade Professor Dr. Luiz Paulo Guimarães, ao Secretário João Simões por estarem sempre dispostos a ajudar-me em tudo que me foi necessário.

Muito obrigada por tudo!

RESUMO

Essa pesquisa investigou a relação entre a evidenciação de informações sobre mudanças climáticas e o desempenho econômico-financeiro das empresas brasileiras participantes do CDP Investidores no período de 2012 a 2016. Para mensurar a variável evidenciação de informações sobre mudanças climáticas, utilizou-se como proxy o scoring de Transparência disponibilizado anualmente pelo CDP Investidores com base nas respostas fornecidas pelas empresas. Para o cálculo do desempenho econômico-financeiro das empresas componentes da pesquisa, considerou-se como proxies de desempenho econômico-financeiro, as seguintes métricas contábeis: Retorno sobre Ativos (ROA) e Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) e as seguintes métricas de mercado: Retorno anormal das ações e Q de Tobin. Por meio dos resultados deste estudo, verifica-se que é crescente o número de organizações que estão divulgando informações relacionadas às mudanças climáticas, melhorando a transparência de suas ações. Percebe-se também uma tendência crescente de companhias que têm integrado em sua estratégia o tema das mudanças climáticas, que estabelecem metas de redução de emissões de GEE e que assumem compromissos públicos sobre metas de redução de GEE, sobretudo em termos de mitigação das emissões. Dessa forma, por meio dos resultados da análise de regressão em painel encontrou-se uma relação positiva e significativa ao nível de significância de 10% entre o disclosure sobre mudanças climáticas e o Retorno Anormal, confirmando dessa forma a H3. No entanto, não foi encontrado uma relação estatisticamente significativa entre o disclosure sobre mudanças climáticas e o Retorno sobre Ativos, o Retorno sobre o Patrimônio Líquido, e o Q de Tobin, por isso, foram rejeitadas as hipóteses H1, H2 e H4. Tais resultados estão alinhados com o aparato conceitual da teoria da divulgação, porquanto se espera que o mercado de capitais reaja de forma positiva ao disclosure. Os achados desta investigação contribuem para ampliar as discussões acadêmicas no campo de investigação contábil, principalmente para os estudos na área de contabilidade socioambiental. Este estudo limita-se ao período e a amostra investigada e, portanto, não podem servir de base para generalizações sobre o comportamento das empresas. Sugere-se que pesquisas futuras ampliem a amostra para outros países e utilizem um horizonte temporal maior, a utilização de outras proxies para mensurar as informações sobre mudanças climáticas. Além disso, pesquisas poderiam mapear quais são os principais meios de disclosure destas informações e mensurar o seu nível de evidenciação, averiguando as respostas dos questionários do CDP Investidores através de uma análise de conteúdo com o intuito de examinar o crescimento da preocupação dos gestores com a pressão social face os problemas ambientais, poder-se-ia incluir outras variáveis econômico-financeiras no modelo econométrico. Complementarmente, estudos poderiam analisar o tema em questão à luz de outras teorias, como: da legitimidade, da sinalização e institucional.

Palavras-chave: *Disclosure* sobre mudanças climáticas. Desempenho econômico-financeiro. CDP Investidores. Teoria da Divulgação.

ABSTRACT

This research investigated the relation between evidence of information about climatic changes and the economic-financial performance of Brazilian companies which participate of CDP Investors since 2012 to 2016. To measure the variable evidence of information about climatic changes, was used as proxy the scoring of Transparency available yearly by CDP Investors based on answers provided by the companies. For calculate the economic-financial performance of the companies participant of the research, was considered, as economic-financial performance proxies, the following accounting measures: Feedback on Assets (FOA) and Feedback on Net Worth (FONW), and the following market measures: Unnormal Feedback of Assets (UFOA) and Q of Tobin. Through the results of this study, was verified that is growing the number of institution which are disclosing information about climate changes, improving its assets transparency. It is also noticed a growing trend of companies that have composed, in its strategy, the theme *climate changes*, that set goal of reduction of emission of greenhouse gases (GHG) and that assume public commitment on goals of reduction of emission of greenhouse gases, especially in terms of mitigation of emission. Therefore, by means of the results of the analysis of degression in panel, was found a positive and significant relation, in a level of 10%, between disclosure about climatic changes and the unnormal feedback, confirming, in this way, the H3. However, wasn't found a statistically significant relation between disclosure on climatic changes and the Feedback on Assets, Feedback on Net Worth and the Q of Tobin, hence the hypotheses H1, H2 e H4 were rejected. These results are aligned with the conceptual display of the theory of disclosure, in as much as it is expected that the capital market react positively to disclosure. The dates of this research contribute to broaden academicals discussions on the field of accounting research, mainly for studies in the area of socio-environmental accounting. This study is limited to the researched period and sample, and, therefore, is not useful as base for generalizations about the behavior of the companies. It is suggested that future researches expand the sample for other countries and use a larger period of time and other proxies to measure the information about climatic changes. Furthermore, researches could chart which are the main ways of disclosure of these information and measure its level of evidence, verifying the answers of the CDP Investors questionnaire, through a content analysis, in order to examine the growing of the managers worry to the social pressure before the environmental problems. It also could include other economic-financial variables in the econometric standard. Additionally, studies could analyze the subject in question in light of other theories like: legitimacy, signalization and institutional.

Keywords: *Disclosure* about climatic changes. Economic-financial performance. CDP Investors. Disclosure Theory.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Amostra da Pesquisa	33
Quadro 2	Data de encerramento do Balanço	34
Quadro 3	Modelos de regressão	38
Quadro 4	Resumo Variáveis	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Teste de Hausman (Modelo 01)	43
Tabela 2	Teste do Multiplicador de Lagrange (Modelo 01)	43
Tabela 3	Regressão em painel com Efeito Aleatório (Modelo 01)	44
Tabela 4	Teste de Hausman (Modelo 02)	45
Tabela 5	Regressão em painel com Efeito Fixo (Modelo 02)	45
Tabela 6	Teste de Hausman (Modelo 03)	46
Tabela 7	Regressão em painel com Efeito Fixo (Modelo 03)	46
Tabela 8	Teste de Hausman (Modelo 04)	47
Tabela 9	Teste do Multiplicador de Lagrange (Modelo 04)	47
Tabela 10	Regressão em painel com Efeito Aleatório (Modelo 04)	47

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Modelo Operacional da Pesquisa	33
Figura 2	Nível de Transparência - CDP <i>Investidor</i>	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas
- BM&FBOVESPA: Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
- CDLI: *Climate Disclosure Leadership Index*
- CDP: *Carbon Disclosure Project*
- COP: Conferência das Partes
- CPLI: *Climate Performance Leadership Index*
- CVM: Comissão de Valores Mobiliários
- EIMC: Evidenciação de informações sobre mudanças climáticas
- GEE: Gases de Efeito Estufa
- GHG Protocol: *Greenhouse Gas Protocol*
- GRI: *Global Reporting Initiative*
- IPCC: *Intergovernmental Panel on Climate Change*
- ISE: Índice de Sustentabilidade Empresarial
- ISO: *International Organization for Standardization*
- OLS: *Ordinary Least Squares*
- PNMC: Política Nacional sobre Mudança do Clima.
- ROA: Retorno sobre Ativos
- ROE: Retorno sobre o Patrimônio Líquido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 SITUAÇÃO-PROBLEMA	14
1.2 OBJETIVO DA PESQUISA	18
1.3 JUSTIFICATIVA	18
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	20
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
2.1 TEORIA DA DIVULGAÇÃO	21
2.2 EVIDENCIAÇÃO VOLUNTÁRIA SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	24
2.3 EVIDENCIAÇÃO VOLUNTÁRIA SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS X DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO	26
3 PRODECIMENTOS METODOLÓGICOS	31
3.1 POPULAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA	31
3.2 MODELO OPERACIONAL DA PESQUISA E HIPÓTESES	32
3.3 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	35
4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	40
4.1 TESTE DE HIPÓTESE H1 (ROA)	41
4.2 TESTE DE HIPÓTESE H2 (ROE)	42
4.3 TESTE DE HIPÓTESE H3 (RETORNO ANORMAL DAS AÇÕES)	43
4.4 TESTE DE HIPÓTESE H4 (Q DE TOBIN)	45
5 CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS	49
APÊNDICE A - Carbon Disclosure Preject: Breve descrição	
APÊNDICE B - Tabela das empresas respondentes 2011 a 2015	
ANEXO A - Questionário CDP Investidores 2015	

1 INTRODUÇÃO

1.1 SITUAÇÃO-PROBLEMA

As alterações do clima vêm sendo encaradas como um dos grandes desafios de nossa sociedade. A utilização excessiva do carvão em máquinas de difusão a vapor a partir da Revolução Industrial acentuou o crescimento da concentração atmosférica de Gases de Efeito Estufa (GEE), expandindo ainda mais essa concentração com a utilização do petróleo e seus derivados como fonte de energia. As mudanças climáticas relacionadas com o aumento dessas emissões passaram a provocar efeitos sobre o ambiente físico, como as alterações na temperatura média global, modificações no regime hidrológico mundial e o deslocamento de biomas. Tais mudanças trouxeram consequências ao ambiente demográfico, a exemplo das migrações devido a enchentes, secas extremas e prejuízos a culturas locais e, conseqüentemente, provocaram efeitos sobre as economias nacionais e globais (prejuízos nas colheitas, surgimento de doenças e pragas e o aumento dos custos da redução de emissões de gases de efeito estufa - GGE). (INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE, 2007; SALAZAR e NOBRE, 2010, CHAKRABORTY e NEWTON, 2011, FARIAS, 2013).

A visão empresarial nacional e internacional quanto às políticas de mudanças climáticas, sobretudo nas últimas décadas, vem se modificando e tornando-se mais difusa e sustentável; da indiferença (contestação científica sobre as alterações do clima e resistência às imposições políticas de combate ao problema) a decisões proativas com ações estruturadas em torno de uma estratégia climática empresarial. As ações de ONGs, aliadas ao surgimento de um novo mercado consumidor mais exigente e consciente quanto aos impactos causados pelos produtos e serviços das organizações sobre o clima, promoveram uma intensa pressão nas empresas quanto ao aprimoramento dos sistemas produtivos no que se refere à reengenharia de processos, a escolha de fontes renováveis de energia e de matérias-primas mais sustentáveis, com a finalidade de atenderem às novas exigências do mercado consumidor e ampliar o seu *market share* (HOFFMAN, 2006; INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE, 2007) . Nesse contexto, forças institucionais, seja no âmbito global como no local, influenciam a divulgação das ações de controle de carbono (ABREU, ALBUQUERQUE E OLIVEIRA; 2016).

A presença constante das discussões sobre as questões ambientais impulsionam as organizações a aplicar esforços para inserir novos modelos de gestão com o propósito de alinhar o desenvolvimento econômico com a proteção dos recursos naturais e humanos. Para tanto, as empresas cada vez mais realizam investimentos na área socioambiental, por meio da implantação de sistemas de gestão ambiental, gestão de riscos climáticos, incorporação de tecnologias limpas eco-eficientes, dentre outros, com a finalidade de obter ganhos de imagem e vantagens financeiras, como a valorização das ações e melhor desempenho econômico-financeiro. (HOFFMAN, 2006; KOLK, LEVY e PINKSE, 2008; JABBOUR e SANTOS, 2009; FARIAS, 2013).

Dentre as estratégias empresariais de alinhamento dos interesses econômicos/ambientais, a busca por ferramentas de comunicação e padrões de *disclosure* ambiental tem se tornado um recurso estratégico no sentido de apoiar as instituições a apresentar à sociedade os compromissos socioambientais assumidos, os seus prazos e efetivo cumprimento. (STERK, 2013; FARIAS, 2013).

Meyer e Rowan (2014) definem *disclosure* como o processo de comunicação da informação econômica, de natureza financeira ou não, quantitativa ou de outra forma relativa à situação financeira de uma empresa e o seu desempenho. Na perspectiva social da contabilidade, o *disclosure* ambiental diz respeito à divulgação de informações relacionadas ao meio ambiente que interagem com as atividades da organização e que podem impactar na sua saúde financeira (MURCIA ET AL., 2010)

Para atender às expectativas dos *stakeholders* quanto à responsabilidade por suas ações, as organizações evidenciam informações ambientais obrigatórias e voluntárias. Enquanto que o *disclosure* ambiental obrigatório busca garantir o cumprimento dos requisitos legais a fim de manter certa qualidade ambiental (por exemplo, quotas de emissão), as divulgações voluntárias vão além da questão da regulamentação. A busca pela boa imagem da organização e a aceitação de suas atividades na sociedade têm levado empresas a investirem progressivamente em evidenciações socioambientais de caráter voluntário. Em geral, a literatura cita duas grandes categorias de motivações para o *disclosure* ambiental: reativas (interesses e pressão dos *stakeholders*) e proativas (vantagem competitiva, mitigação de riscos, considerações éticas). (PATTEN, 1992; GRAY ET AL., 1995; DEEGAN E RANKIN, 1996; BROWN E DEEGAN, 1999; CHO E PATTEN, 2007; DIAS FILHO, 2008;

BACHMANN ET AL, 2013; STERK, 2013; GALLEGO-ÁLVAREZ, SEGURA E MARTÍNEZ-FERRERO, 2015; ABREU, ALBUQUERQUE E OLIVEIRA; 2016).

A participação das empresas em programas desenvolvidos pelo *Carbon Disclosure Project* (CDP) vem se destacando entre as iniciativas empresarias voluntárias de *disclosure* ambiental, especificamente caracterizada como *disclosure* de mudanças climáticas. O CDP é uma organização internacional sem fins lucrativos, fundada no Reino Unido, no ano 2000, que reúne informações sobre as emissões de GEE, ações e políticas relacionadas às mudanças climáticas e uso de água de empresas em todo o mundo, e conta com 655 investidores institucionais que somam US\$ 78 trilhões em ativos (CDP, 2013).

Esse programa tem como meta responder ao problema ambiental global das mudanças climáticas, com o propósito de facilitar o diálogo entre investidores e corporações, organizando as informações das empresas participantes. De acordo com Farias (2013), as informações requeridas pelo CDP Investidores concentram-se em quatro áreas principais: a) visão da Administração sobre riscos e oportunidades que a mudança climática representa para os negócios; b) contabilização das emissões de GEE; c) estratégia gerencial de redução das emissões ou minimização de riscos e capitalização, e d) governança corporativa relativa às mudanças climáticas.

Dessa forma, os questionários e relatórios do CDP vêm se tornando uma das principais práticas de evidenciação socioambiental desenvolvida pelo terceiro setor para responder a problemática das mudanças climáticas, fornecendo informações sobre a medição, gerenciamento das emissões de GEE no âmbito de processos, produtos e desenvolvimento de políticas corporativas a nível estratégico de combate às mudanças climáticas, atendendo às novas exigências do mercado no que se refere à geração de relatórios e a padronização da divulgação de carbono. (PATTBERG e ENECHI, 2009; GALLEGO-ÁLVAREZ, SEGURA E MARTÍNEZ-FERRERO, 2015).

O CDP estabeleceu cinco programas institucionais de *Carbon Disclosure* Corporativo: Cidades, Contratos, Cadeia de Suprimentos, Divulgação da Água e Investidores; o programa CDP Investidores no Brasil foi o objeto de estudo desta pesquisa. Os dados são compilados com base em pedidos de informações anuais relativos à emissão de gases de efeito estufa, em metas de emissões, em estratégias de redução e nos riscos corporativos percebidos pelas mudanças climáticas, enviados às empresas em todo o mundo. No ano de 2012, mais de 3.000

empresas participaram desta pesquisa e 81% delas são empresas componentes do grupo Global 500 (CDP, 2012).

Anualmente, as respostas das empresas fornecidas ao CDP são analisadas e pontuadas de acordo com dois sistemas paralelos de pontuação: Transparência e Desempenho. A pontuação de Transparência avalia a integridade e qualidade da resposta da empresa, enquanto que a de Desempenho avalia o nível de ação, em conformidade com o que foi relatado pela empresa, acerca da mudança climática, mitigação, adaptação e transparência. As empresas com as maiores pontuações de Transparência e Desempenho em âmbito global integram o *Climate Disclosure Leadership Index* (CDLI) ou o *Climate Performance Leadership Index* (CPLI). Por essa razão, a inclusão e a permanência da empresa nesses grupos tem grande relevância estratégica, pois as empresas contidas nesses grupos são vistas pelos investidores como organizações que adotam boas práticas de gestão quanto às mudanças climáticas. (**Ver APÊNDICE 1**), (CDP, 2013).

Sendo assim, é possível compreender, por meio da teoria da divulgação voluntária, que as empresas que divulgam voluntariamente informações sobre as políticas de enfrentamento às mudanças climáticas indicam ao mercado um desempenho ambiental superior. Essa indicação é motivada pela expectativa de uma reação positiva principalmente através do comportamento dos preços dos ativos em equilíbrio e do volume de negociações que concorrem no mercado com o intuito de maximizarem a sua riqueza. (VERRECHIA, 2001; DYE, 2001; SALOTTI e YAMAMOTO, 2005; OLIVEIRA, 2014, CLARO e CLARO, 2014).

As investigações realizadas por Sterk (2013) e Gallego-Álvarez, Segura e Martínez-Ferrero (2015) apontam que as principais justificativas das empresas para a adesão ao CDP Investidores incluem os pedidos diretos de importantes investidores, pressão externa dos clientes em busca de maior transparência, credibilidade e melhor comunicação. O envolvimento das empresas com as questões climáticas pode trazer vantagem competitiva para o negócio por propiciar a oportunidade de as empresas se anteciparem a instrumentos regulatórios, criação de novas oportunidades de mercado, acesso a novas fontes de capital, redução do risco financeiro e, por consequência, espera-se que este processo exerça impacto positivo no desempenho econômico-financeiro das organizações.

Diante do exposto, esse trabalho propõe o seguinte questionamento: qual a relação entre a evidenciação de informações sobre mudanças climáticas e o desempenho econômico-financeiro das empresas brasileiras integrantes do CDP Investidores?

1.2. OBJETIVO DA PESQUISA

Verificar a relação entre a evidenciação de informações sobre mudanças climáticas e o desempenho econômico-financeiro das companhias brasileiras integrantes do CDP Investidores no período de 2012 a 2016.

1.3. JUSTIFICATIVA

Apesar do forte apelo para as questões ambientais, algumas políticas não são regulamentadas e a divulgação das informações sobre mudanças climáticas no Brasil e em muitos outros países ainda não é obrigatória. Toda essa conjectura sugere que as empresas que decidiram divulgar voluntariamente, o fazem como parte de suas operações e estratégia de negócios, enquanto outras empresas não o fazem (FARIAS, 2011; PARENTE ET AL, 2014; DE SOUZA, 2014;).

Diante do exposto, este estudo visa contribuir com as pesquisas acerca da associação entre a evidenciação de informações sobre mudanças climáticas e desempenho econômico e financeiro. O trabalho porporcionará a ampliação das discussões sobre o processo de evidenciação sobre mudanças climáticas e suas implicações no desempenho econômico-financeiro das empresas. Ressalta-se que, no cenário internacional, esforços de pesquisa foram realizados para verificar a relação entre as respostas empresariais às alterações climáticas e o desempenho econômico-financeiro das companhias (ZIEGLER, BUSCH; HOFFMANN, 2011; BOIRAL, HENRI; TALBOT 2012; LEE, 2012; ÁLVAREZ, SÁNCHEZ; VIEIRA, 2013; CHAKRABARTY; WANG, 2013; BÖTTCHER; MÜLLER, 2013; LIESEN, 2015; MISANI; POGUTZ, 2015; LEE, YUN-SEON; KLASSEN, 2015).

Na revisão da literatura nacional, constatou-se que muitos estudos buscaram analisar a relação entre evidenciação de informações sobre mudanças climáticas e desempenho

econômico-financeiro das empresas. Entretanto, não encontraram-se indícios de investigações que verificaram a relação entre a evidenciação de informações de enfrentamento às mudanças climáticas extraídas do questionário CDP Investidores e os indicadores econômico-financeiros das empresas. (ROSSI JÚNIOR, 2009; ANDRADE, *et al.* 2013; CLARO; CLARO, 2014; OLIVEIRA, 2014).

Este estudo diferencia-se dos demais na medida em que busca encontrar evidências, por meio de modelos econométricos, da relação entre a evidenciação de informações de enfrentamento às mudanças climáticas e o desempenho econômico-financeiro das empresas participante do CDP Investidores Brasil, usando como *proxie* o indicador de Transparência. Destaca-se também a utilização da Teoria da Divulgação na explicação do fenômeno. (OLIVEIRA, 2014, CLARO e CLARO, 2014, DA CRUZ, 2016; KOULOUKOU, 2016).

Uma justificativa para a utilização dos relatórios do CDP está no trabalho de Lou, Lan e Tang (2012). Segundo os autores, os demais relatórios ambientais (anuais, relatórios de sustentabilidade, sites das empresas) embora voluntários, permitem à administração a opção pela omissão de informações por conta da discricionariedade dos relatórios, o que não acontece no relatório do CDP, pois uma vez que uma empresa decide participar do programa, essa não pode manipular o estilo e conteúdo da apresentação. A empresa pode ignorar uma questão em particular no relatório CDP, mas não pode excluir a questão. A omissão nesse caso pode ser considerada como um sinal de alta fragilidade ou relutância em divulgar tais itens.

Como contribuição, este estudo apresenta o mapeamento das informações de enfrentamento às mudanças climáticas evidenciadas pelas organizações, a partir de métrica adaptada do questionário CDP Investidores, no período de 2010 a 2014. Esta investigação também se justifica pelo fato do seu objeto de estudo ser ainda pouco explorado pela contabilidade que, para suprir as demandas informacionais de seus diversos *stakeholders*, tem empreendido esforços para tornar mais transparente as práticas empresariais mediante a evidenciação de informações para além das de natureza econômico-financeira (ROVER; SANTOS, 2014).

Sob esta perspectiva, os achados desta investigação contribuem para demonstrar o nível de pró-atividade de empresas brasileiras frente ao desafio das mudanças climáticas,

contribuindo assim para que investidores, financiadores, clientes, fornecedores e o público em geral avaliem melhor os riscos e oportunidades de investimento.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

A presente dissertação está estruturada em cinco capítulos, da seguinte forma:

Capítulo 1 – Introdução: apresenta-se a contextualização, o problema de pesquisa, os objetivos da investigação, sua importância e potenciais contribuições.

Capítulo 2 – Referencial Teórico: discute-se os fundamentos da teoria da divulgação, com base em evidências empíricas, apresentam-se as implicações da evidenciação das informações relacionadas às mudanças climáticas no desempenho econômico-financeiro das empresas.

Capítulo 3 - Procedimentos metodológicos: define-se a amostra, o horizonte temporal da investigação, o modelo operacional da pesquisa, as hipóteses, a mensuração das variáveis e os procedimentos aplicados para a análise e interpretação dos dados.

Capítulo 4 – Análise dos resultados: apresentam-se e discutem-se os achados da pesquisa, sob o aparato conceitual da teoria divulgação e de estudos anteriores.

Capítulo 5 – Conclusão: apresentam-se as principais conclusões da pesquisa, limitações do estudo e sugestões para futuras investigações.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. TEORIA DA DIVULGAÇÃO

A pesquisa na área da contabilidade tem passado por diversas transformações, como exemplo o desenvolvimento de teorias com o objetivo de “descrever como a contabilidade se desenrola, no mundo real, e prever o que irá ocorrer (poder preditivo)” (DIAS FILHO e MACHADO, 2004, p. 15). Questões como a relevância das informações contábeis para determinados agentes econômicos, o papel da regulamentação entre outros são estudados com maior rigor científico. Dessa forma, nas décadas finais do século XX, surgem diversas teorias oriundas da doutrina positiva da contabilidade, a qual se baseia em evidências empíricas e modelos de análise derivados da teoria econômica, para explicar e prever o comportamento dos atores organizacionais, em relação à evidência de informações sob diversos aspectos (PATTEN, 1992; GRAY; KOUHY; LAVERS, 1995; O’DONOVAN, 2002; SALOTTI e YAMAMOTO, 2005; VILLIERS; STADEN, 2006; RONEN E YAARI, 2008; ROVER et al., 2012).

Pesquisas utilizaram diferentes teorias para explicar a evidência voluntária de informações ambientais das organizações. Diversos estudos mencionam que o principal fator motivador para as empresas recorrerem à prática de *disclosure* ambiental é a preocupação em legitimar suas atividades perante a sociedade. Tal motivação é alicerçada na Teoria da Legitimidade que tem seus princípios fundamentados na sociologia e teve como origem a legitimidade organizacional. A legitimidade organizacional foi conceituada na literatura sociológica como “[...] o resultado, por um lado, do processo de legitimação promulgada pela organização central, e por outro lado, das ações que afetam normas e valores tomados por outros grupos e organizações relevantes” (DOWLING; PFEFFER, 1975, p. 125,).

Segundo Deegan (2002), as empresas constituem um sistema social maior considerando que elas não possuem o direito inerente aos recursos, ou até mesmo de existirem, mas sim, a sociedade que define a condição legítima das empresas. Dentro desse sistema, a relação entre a sociedade e as empresas é estabelecida por um “contrato social”, explícito ou implícito, em que as empresas têm a obrigação moral de agir de forma socialmente responsável (O’DONOVAN, 2002). No caso da violação do contrato por parte da organização, a sociedade poderá rompê-lo e a continuidade da empresa estará ameaçada

(DEEGAN, 2002). Em síntese, a legitimidade é adquirida pelas empresas caso a dinâmica desse contrato atenda as perspectivas da sociedade.

Sob o arcabouço da Teoria dos *Stakeholders*, a gestão da empresa se baseia no pressuposto de que os processos gerenciais devem considerar demandas que satisfaçam o interesse dos diversos grupos de interessados na empresa, tais como acionistas, empregados, clientes e comunidade (FREEMAN; McVEA, 2000). Clarkson (1995, p. 106) assevera que “*stakeholders*” são pessoas ou grupos que têm ou reclamam propriedade, direitos ou interesses na corporação. A teoria dos *Stakeholders* fornece um substrato relevante para a existência da responsabilidade social das empresas e conseqüentemente a adoção de práticas de divulgação de suas atividades sociais e ambientais. Adicionalmente, o poder de cada grupo de *stakeholder* de influenciar na adoção destas práticas.

Destaca-se a relevância da Teoria da Divulgação: os trabalhos pioneiros de Verrechia (1983) e Dye (1985) trazem como premissa central dessa teoria a ideia de que as organizações somente divulgam informações voluntárias favoráveis a elas mesmas, isso em razão destas repercutirem de forma positiva sobre os agentes de mercado.

Similarmente ao presente estudo, a Teoria da Divulgação embasou trabalhos que buscaram identificar a relação entre *disclosure* de informações ambientais e características corporativas. Braga et al (2009) relacionou o nível de divulgação ambiental com sete variáveis: tamanho, desempenho, endividamento, riqueza criada, natureza da atividade, controle acionário e governança corporativa. Farias (2008) buscou identificar se a divulgação ambiental, o desempenho ambiental e o desempenho econômico-financeiro mantem uma inter-relação positiva e linear entre si. Ao examinar as informações divulgadas de maneira voluntária pelas empresas, Rover ET AL (2012) obteve resultados consonantes com a Teoria da Divulgação, pois a maioria das informações divulgação são do tipo positivas.

Dessa forma, quanto ao *disclosure* das informações contábeis, Verrechia (2001) elenca três vertentes sob as quais os estudos nessa área poderiam ser realizados:

1. Divulgação baseada na associação (*association-based disclosure*): As pesquisas sobre divulgação baseadas em associação têm como objetivo principal investigar a relação entre a divulgação e as mudanças no comportamento dos investidores. Nesse tipo de pesquisa a divulgação é vista como um processo motivado por causas externas com conseqüências nas mudanças das ações dos investidores, principalmente através do comportamento dos preços

dos ativos em equilíbrio e do volume de negociações que concorrem no mercado com o intuito de maximizarem a sua riqueza. (SALOTTI e YAMAMOTO, 2005).

O estudo de Ball e Brown (1968), pioneiro neste aspecto, buscou evidenciar de modo empírico a influência da informação contábil no mercado de capitais. Beaver (1968) estudou o volume negociado e o comportamento dos preços nas semanas próximas à divulgação das informações contábeis. Seu estudo encontrou forte relação entre a evidenciação de informações e as reações do mercado de capitais refletidas nos preços e no volume negociado.

De acordo com Lopes e Martins (2005, p. 77) estes estudos inauguram uma nova era na pesquisa contábil, quando “(...) a contabilidade passou a ser vista como uma fonte de informação para os usuários, podendo ser analisada dentro do arcabouço econômico tradicional e não mais como um campo particular”. Assume-se que a informação divulgada possui influência sobre o valor da firma, porém tal informação não é perfeita (SALOTTI e YAMAMOTO, 2005).

2. Divulgação baseada no poder de escolha (julgamento) (*discretionary-based disclosure*): envolve pesquisas que procuram identificar os fatores que determinam a divulgação, assim como os critérios que influenciam a decisão dos gestores e/ou empresas quanto à conveniência e oportunidade de divulgação de determinadas informações, dessa forma a divulgação ou não divulgação é motivada pela escolha dos gestores (VERRECCHIA, 2001). De acordo com Salotti e Yamamoto (2005), nesse caso considera-se o mercado de capitais como o único consumidor representativo das informações divulgadas pelas organizações;

3. Divulgação baseada na eficiência (*efficiency-based disclosure*): considera o enfoque da divulgação baseada na eficiência para compreender quais tipos de informações são mais eficientes em um ambiente de assimetria de informações. Neste caso, a divulgação ainda não ocorreu, ou seja, caracteriza-se como *ex ante*. O *disclosure* de determinada informação está sempre relacionado à sua obrigatoriedade ou não obrigatoriedade. Quando a informação é voluntária, cabe aos gestores a escolha entre divulgar ou não divulgar.

Segundo Dye (2001), as empresas tendem a divulgar informações voluntárias, apenas quando elas são de caráter positivo. No entanto, para Machado, Takamatsu e Lima (2016) o *disclosure* voluntário não deve apresentar apenas informações positivas, pois para a preservação da “transparência”, tanto as informações positivas quanto as negativas devem

ser divulgadas; isso significa que o mercado aceita resultados negativos de empresas que tenham fundamento técnico, ou seja, a transparência permite que usuários da informação possam realizar julgamentos adequados e tomar decisões não enviesadas, dado que a própria informação não contenha viés.

Para Gois, De Luca e Vasconcelos (2015), quando surge a questão sobre quanto divulgar, deve-se buscar o equilíbrio entre o custo e o benefício do *disclosure*, partindo da premissa de que os benefícios gerados pela divulgação superam os custos a ela relacionados. Essa análise deve ser bem executada porque, de acordo com Verrecchia (2001), o investidor racional interpreta a informação não divulgada como não favorável.

2.2. EVIDENCIAÇÃO VOLUNTÁRIA SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Transparência e divulgação são alguns dos pilares da governança corporativa. Vários escândalos ocorreram em todo o mundo devido à falta de divulgações ou divulgações impróprias das corporações. Diferentes *stakeholders* utilizam o *disclosure* corporativo em seu processo de tomada de decisão.

Para Salotti e Yamamoto (2005), o principal objetivo do *disclosure* é auxiliar os usuários em seus processos decisórios e na percepção dos riscos e oportunidades que a empresa oferece. A evidenciação também é definida como uma ferramenta empregada pelas empresas com o objetivo de prestar contas de suas ações, transmitindo confiabilidade aos investidores e demais *stakeholders*. No entanto, para que a informação evidenciada seja revestida de confiabilidade é necessário que a mesma tenha qualidade, clareza e que o *disclosure* ocorra em momento oportuno. (MEYER e ROWAN, 1992; GONÇALVES, PIRANI e BORGER 2007; RAFFAELLI, 2014;).

De acordo com Ronen e Yaari (2008), a divulgação de informações contábeis pode ocorrer de duas formas: obrigatória e voluntária. A divulgação obrigatória é a divulgação de informações exigidas por lei ou regulamentos, e a divulgação voluntária é a divulgação de informações apresentadas espontaneamente pela empresa, ou seja, ela não tem a obrigatoriedade de divulgar estas informações.

A divulgação de informações sobre a atuação da empresa com relação ao meio ambiente é um exemplo de divulgação voluntária, no entanto, apesar da não obrigatoriedade,

o *disclosure* sobre questões ambientais é influenciado por variáveis que se encontram associadas às pressões sociais, financeiras, econômicas e regulatórias (PINKSE, KOLK; 2009).

Nesta linha, Bebbington e González (2008) encontraram que o *disclosure* ambiental contribui para o processo de tomada de decisão dos agentes, pois por meio destas informações é possível conhecer os riscos e incertezas que as alterações climáticas podem exercer sobre as organizações, corroborando a afirmativa de Verrecchia (1983) que afirma que um bom desempenho ambiental reduz a exposição das empresas aos custos ambientais futuros e, portanto, a divulgação dessas informações pode impactar as decisões dos investidores de forma favorável.

Cho, Freddman e Patten (2012) examinaram três explicações possíveis para o *disclosure* ambiental. Verificaram se a evidenciação ocorria em função do custo da divulgação, do tamanho/setor e do valor estratégico da informação. Os autores encontraram que as empresas utilizam o *disclosure* ambiental como uma ferramenta estratégica para resolver as suas exposições a preocupações políticas e regulamentares.

Para Cintra (2011), a divulgação de informações ambientais é motivada principalmente pela busca por legitimidade organizacional, construção de imagem positiva da organização, intenção de abrir capital em mercados internacionais, vender mais ou praticar preços mais altos no mercado interno e obter benefícios econômicos como financiamentos. Além dos aspectos ressaltados, Nossa (2002) sugere que o setor em que a empresa atua também é um fator relevante para explicar o nível de divulgação de informações ambientais, uma vez que setores econômicos com potencial poluidor elevado sofrem maior pressão social.

De modo semelhante, Luo, Lan e Tang (2012) investigaram os incentivos corporativos que impulsionaram as maiores empresas multinacionais do mundo (Global 500) a divulgarem suas estratégias de enfrentamento às mudanças climáticas no *Carbon Disclosure Project*. A amostra foi composta por 291 empresas, com exceção das pertencentes ao setor financeiro, de diferentes origens institucionais, países e exposição regulamentar às emissões de carbono. Os achados demonstram que as empresas expostas a pressões econômicas e sociais são mais propensas a divulgar informações sobre suas emissões de carbono.

Góis, De Luca e Vasconcelos (2015) investigaram se os fatores intrínsecos das organizações (Tamanho, Rentabilidade, Endividamento, Auditoria, Setor de Impacto

Ambiental e Idade) determinam o *disclosure* das empresas listadas nas bolsas do Brasil e da Espanha, com base nos relatórios anuais e/ou de sustentabilidade referentes a 2011 publicados no padrão GRI-G3. Os autores concluíram que os fatores que não podem ser controlados pelos gestores (Tamanho e Idade) determinam o nível de *disclosure* das empresas nos países em estudo. Esses fatores estão relacionados diretamente ao custo da informação, pois empresas maiores conseguem superar o custo do disclosure e da mesma forma as que estão no mercado há mais tempo já estão consolidadas e, portanto, mais competitivas.

2.3. EVIDENCIAÇÃO VOLUNTÁRIA SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS X DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Investigar a existência de relação entre o *disclosure* ambiental e o desempenho econômico-financeiro tem sido foco de diversas pesquisas. Analisando as respostas anunciadas no relatório do CDP, pelas 500 maiores multinacionais globais para o combate à mudança climática, Kolk, Levy e Pinkse (2008) indicaram que as ações empresariais convergiram para uma postura mais positiva em relação às preocupações científicas, enquadrando as mudanças climáticas como uma oportunidade em detrimento da antiga visão de ameaça, investimento em produtos de baixa emissão e tecnologia limpa, redução de emissão de GEE em suas operações e desenvolvimento de infraestrutura de informações para avaliar, medir, mensurar e gerenciar as emissões de GEEs e seus impactos associados.

Ziegler, Busch e Hoffmann (2011) verificaram a relação entre a divulgação de ações de enfrentamento às mudanças climáticas e o desempenho das ações no período de 2001 a 2006 em empresas que possuíam ações no mercado norte americano e europeu. Encontraram evidências de que os investidores adotavam como prática a aquisição de ações de empresas que divulgavam suas respostas às mudanças climáticas e vendiam ações de empresas que não praticavam o disclosure ambiental; esse comportamento foi observado mais na Europa do que nos EUA. Além disso, identificaram a existência de correlação positiva entre a *disclosure* de mudanças climáticas e o desempenho das ações de empresas de energia nos EUA.

Lee (2012) buscou verificar a relação entre estratégias de redução de emissões de carbono com o setor da empresa, tamanho e desempenho econômico-financeiro. A amostra foi composta por 241 empresas coreanas analisadas no período de 2008 a 2009. Utilizaram-se, para mensurar o desempenho econômico-financeiro, as seguintes *proxies*: crescimento dos

lucros, preços das ações, retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) e retorno sobre o investimento (ROA). Para identificar as estratégias de enfrentamento, realizou-se análise de conteúdo de diversas fontes de dados disponíveis, incluindo relatórios ambientais e / ou de sustentabilidade, relatórios do CDP, sites das empresas e notícias de jornal. Os resultados apontaram que as empresas pertencentes a setores que fazem uso intensivo de energia estão sujeitas a políticas ambientais mais rigorosas, por isso são mais propensas a buscar novas oportunidades para reduzir suas emissões de carbono, além de definir metas de redução claras e tentar atingir essas metas em seu processo de produção e cadeia de suprimentos. A pesquisa constatou a existência de relação significativa entre as estratégias adotadas, o setor da empresa e seu tamanho. As evidências indicaram que existe relação positiva entre as estratégias de redução de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) e o desempenho econômico-financeiro das empresas, entretanto, esta relação não é estatisticamente significativa.

Neste contexto, Boiral, Henri e Talbot (2012) analisaram o impacto das estratégias de mitigação de emissões de gases de efeito estufa no desempenho financeiro de 319 indústrias. Utilizaram como proxies de desempenho financeiro as seguintes variáveis: crescimento das vendas, lucros, retorno sobre as vendas e retorno sobre investimentos (ROA). Encontraram uma relação positiva entre as estratégias adotadas para mitigar as emissões de gases de efeito estufa e o desempenho financeiro das empresas analisadas. No entanto, nesse estudo verificou-se que a decisão de reduzir as emissões de GEE não possui motivações econômicas como principal fator indutor, pois as empresas investigadas decidiram adotar estratégias para combater as mudanças climáticas com o propósito principal de se legitimarem perante seus *stakeholders*.

No Reino Unido, Silva (2013) analisou a relação existente entre o *disclosure* ambiental e o desempenho financeiro das empresas através da avaliação do desempenho de uma carteira de empresas socialmente responsáveis entre 2005 e 2010. Os resultados empíricos obtidos demonstraram um desempenho financeiro neutro, sugerindo que não existe efeito no desempenho financeiro da carteira que contém ações de empresas socialmente responsáveis em relação ao mercado do Reino Unido.

Na Alemanha, Böttcher e Müller (2013) coletaram dados de 159 fornecedores automotivos com o propósito de identificar os determinantes de suas estratégias de enfrentamento às mudanças climáticas, bem como seu impacto na *performance* econômica

das companhias. Verificou-se, por meio de equações estruturais, que a pressão das partes interessadas, e em certa medida as expectativas sobre a competitividade, conduzem à adoção de práticas operacionais de baixo carbono. Esta adoção é influenciada significativamente pelo tamanho da empresa. Em relação ao desempenho econômico, notaram-se efeitos positivos indiretos.

Álvarez, Sánchez e Vieira (2014) analisaram os efeitos das estratégias de enfrentamento às mudanças climáticas no desempenho econômico-financeiro das empresas em tempos de crise. A amostra foi composta por 855 empresas internacionais pertencentes a setores altamente emissores de Gases de Efeito Estufa. Utilizaram-se de dados do Índice Forbes Global 2000 e do *Carbon Disclosure Project* no período de 2006 a 2009. Empregou-se o Retorno sobre Ativos (ROA) como *proxy* de desempenho. Concluiu-se que há uma interação maior entre desempenho ambiental e financeiro em tempos de crise e que as empresas devem continuar a investir em projetos sustentáveis a fim de continuar obtendo lucros cada vez mais elevados.

Utilizando as empresas participantes do *Carbon Disclosure Project*, no período de 2007 a 2013, Misani e Pogutz (2015) investigaram a relação entre a divulgação de informações sobre emissões de carbono e o Q de Tobin de empresas. Os autores constataram que a divulgação destas informações pode afetar positivamente o Q de Tobin das organizações. As evidências demonstram ainda que empresas alcançam melhor desempenho financeiro quando gerenciam bem seu relacionamento com seus *stakeholders* através de boas práticas de governança corporativa.

O estudo realizado por Liesen (2015) na União Europeia buscou investigar se os mercados de ações precificam corretamente o risco sistemático provocado pelas alterações climáticas. Foram analisadas 433 empresas entre os anos de 2005 a 2009. Para precificação das ações, utilizou-se o modelo de precificação de quatro fatores de Carhart (1997). As informações de enfrentamento às mudanças climáticas foram extraídas dos relatórios corporativos, dos sites institucionais e do *Carbon Disclosure Project*. A hipótese de pesquisa foi refutada pois as evidências indicaram que o mercado de ações estudado se mostrou ineficiente, uma vez que não reagiu à divulgação destas informações. De modo adicional, verificou-se que, em média, de 2005 a 2009, apenas 15% das empresas reportaram suas emissões de GEE seguindo rigorosamente as recomendações do GHG Protocol e do *Carbon Disclosure Project*.

O estudo realizado por Gallego-Álvarez, Segura e Martínez-Ferrero (2015) buscou verificar o impacto da variação de emissões de GEE no desempenho econômico-financeiro de 89 empresas com altos índices de emissão de carbono pertencentes a 21 países no período de 2006 a 2009. Para medir o desempenho econômico-financeiro utilizaram como *proxies* o ROA e o ROE. As informações sobre as emissões de GEE foram extraídas dos relatórios de sustentabilidade apresentados nos sites institucionais. Verificou-se por meio de testes de regressão com dados em painel que a redução de emissões de GEE teve impacto positivo e significativo no desempenho econômico-financeiro das empresas dos setores industriais abrangidos pelo comércio de emissões. As evidências demonstram ainda que em tempos de crise econômica, é necessário reduzir os investimentos em projetos de proteção ambiental.

Em nível nacional, Farias (2008), utilizando a Teoria da Legitimidade e a Teoria da Divulgação, investigou a inter-relação entre a divulgação ambiental, o desempenho ambiental e o desempenho econômico das empresas listadas na BM&FBOVESPA no período de 2002 a 2005. Partindo do pressuposto de que as variáveis investigadas possuíam uma relação positiva e linear entre si, adotou-se um modelo de equações simultâneas para o teste de hipótese. Os resultados demonstraram que não há inter-relação estatisticamente significativa entre a divulgação ambiental, o desempenho ambiental e o desempenho econômico das companhias investigadas.

Com o objetivo de verificar a relação entre o *disclosure* ambiental e o retorno anormal das empresas listadas na BM&FBOVESPA no período de 2006 a 2010, Fernandes (2012) utilizou a análise de conteúdo nas notas explicativas, no relatório da administração e no relatório de informações ambientais. Ela encontrou uma correlação negativa entre o *disclosure* positivo e o custo de capital de empresa, indicando que a divulgação positiva assegura uma melhor visibilidade do grau de responsabilidade social da empresa. No entanto, concluiu-se que o retorno anormal não influencia o *disclosure* ambiental.

Ao investigar a relação entre o valor de mercado (mensurado pelo Q de Tobin) e o *disclosure* voluntário de informações ambientais das companhias listadas na BM&FBovespa no período de 2007 a 2011, De Souza (2014) aponta a existência de relação significativa e negativa entre o valor de mercado e a divulgação voluntária ambiental, apontando para uma visão de curto prazo do acionista por não reconhecer os efeitos da divulgação ambiental de forma imediata.

Silva *et al* (2014) investigou os fatores determinantes para o *disclosure* ambiental nos relatórios anuais das empresas listadas na BM&FBOVESPA. Para isso, foram coletadas as demonstrações contábeis referentes a 2012 de 43 empresas que estão inseridas nos setores de alto impacto ambiental de acordo com a Lei 10.165/00 no ano de 2012. Os resultados demonstraram que o fato das empresas serem maiores ou terem uma alta rentabilidade não influencia no aumento da quantidade de divulgações de informações ambientais. Concluíram que as empresas privadas auditadas por Big Four tendem a fazer mais divulgações ambientais nos seus relatórios do que as empresas privadas não auditadas por Big Four e do que as empresas públicas auditadas ou não por Big Four.

Kouloukoui et al. (2015) investigaram a relação entre o disclosure de riscos climáticos e o tamanho, nível de governança corporativa, país de origem, setor de atividade e a rentabilidade das empresas brasileiras. Encontraram uma relação positiva entre o disclosure de riscos climáticos e o tamanho da empresa, representado pelo Ativo Total, o que indica que as empresas maiores possuem um nível de divulgação mais expressivo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população desta investigação correspondeu a todas as companhias convidadas a participarem do CDP Investidores Brasil. A amostra desse estudo foi composta pelas companhias brasileiras que responderam ao questionário do CDP. Anualmente as empresas são convidadas a responderem ao questionário enviado pelo Programa CPD Investidores e suas respostas são analisadas e pontuadas de acordo com dois sistemas paralelos de pontuação: Transparência e Desempenho. O período total da análise foi de 2012 a 2016. Para responder a proposta desse estudo em verificar a relação do *disclosure* em (t) e o desempenho econômico-financeiro em ($t+1$) foram utilizadas as informações do CDP do período de 2012 a 2015, enquanto que foram coletadas as informações do desempenho econômico-financeiro do período de 2013 a 2016. O quadro 1 mostra a distribuição da amostra de pesquisa entre o setor de atividade e quantidade de empresas respondentes.

Quadro 1- Amostra da Pesquisa

Setor de Atividade	Respondentes			
	2012	2013	2014	2015
Bens Industriais	2	3	4	4
Construção, Transporte e Engenharia	4	4	5	5
Consumo Cíclico	4	3	4	6
Consumo não Cíclico	6	5	5	5
Financeiro e Outros	10	10	11	11
Materiais Básicos	7	8	7	7
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	3	3	3	3
Saúde		1	3	4
Telecomunicações	3	3	3	3
Água e Saneamento	2	2	2	2
Energia Elétrica	11	11	11	14
Total	52	53	58	64

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

A escolha desse período é justificada pela necessidade de se apresentar uma pesquisa atual, visto que as informações do CDP 2015 foram disponibilizadas ao mercado em novembro de 2015. Dessa forma, verificou-se no Economática qual o último período de encerramento das demonstrações contábeis em 2016 das empresas participantes da pesquisa, conforme se vê no quadro abaixo.

Quadro 2- Data de encerramento do Balanço

Nome	Data do Balanço mais Recente	Nome	Data do Balanço mais Recente	Nome	Data do Balanço mais Recente
AES Tiete E	30/09/2016	Cyrela Realt	30/09/2016	Oi	30/09/2016
Ambev S/A	30/09/2016	Duratex	30/09/2016	P.Acucar-Cbd	30/09/2016
B2W Digital	30/09/2016	Ecorodovias	30/09/2016	PDG Realt	30/09/2016
Banrisul	30/09/2016	Eletrobras	30/09/2016	Petrobras	30/09/2016
BmfBovespa	30/09/2016	Eletropaulo	30/09/2016	Porto Seguro	30/09/2016
BR Brokers	30/09/2016	Embraer	30/09/2016	Qgep Part	30/09/2016
BR Propert	30/09/2016	Energias BR	30/09/2016	Qualicorp	30/09/2016
Bradesco	30/09/2016	Fibria	30/09/2016	RaiaDrogasil	30/09/2016
Bradespar	30/09/2016	Gol	30/09/2016	Randon Part	30/09/2016
Brasil	30/09/2016	Itausa	30/09/2016	Sabesp	30/09/2016
Braskem	30/09/2016	ItauUnibanco	30/09/2016	Santander BR	30/09/2016
BRF AS	30/09/2016	JBS	30/09/2016	Sid Nacional	30/09/2016
CCR AS	30/09/2016	Klabin S/A	30/09/2016	Suzano Papel	30/09/2016
Cemig	30/09/2016	Light S/A	30/09/2016	Telef Brasil	30/09/2016
Cesp	30/09/2016	Lojas Americ	30/09/2016	Tim Part S/A	30/09/2016
Cielo	30/09/2016	Lojas Renner	30/09/2016	Ultrapar	30/09/2016
Copasa	30/09/2016	Marfrig	30/09/2016	Vale	30/09/2016
Copel	30/09/2016	Natura	30/09/2016	Vale	30/09/2016
CPFL Energia	30/09/2016	Odontoprev	30/09/2016	Weg	30/09/2016

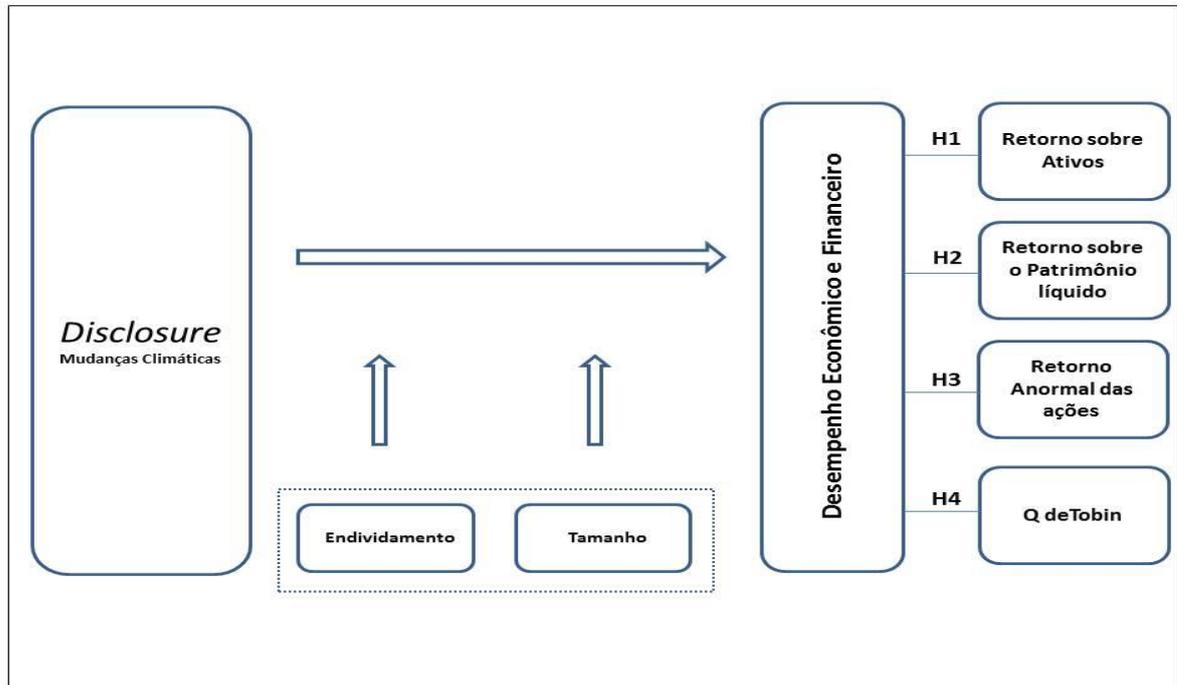
Fonte: Economática, 2016.

A consolidação do CDP como um instrumento relevante de comunicação entre as empresas brasileiras se constitui como um veículo consistente de informações sobre as estratégias de governança climática para os diversos *stakeholders*; a isonomia dos questionários, pois estes não podem ser manipulados ou editados o que implica que as empresas participantes respondem às mesmas perguntas e o fato de as empresas responderem voluntariamente os questionários disponibilizados pelo CDP são fatores que justificam a escolha deste instrumento de evidenciação para levar as estratégias de enfrentamento às mudanças climáticas. (LUO, LAN e TANG: 2012; CDP, 2013).

3.2. MODELO OPERACIONAL DA PESQUISA E HIPÓTESES

O presente trabalho busca investigar a relação entre as evidenciações de informações sobre mudanças climáticas e o desempenho econômico- financeiro das empresas que compõem a amostra. O modelo operacional delineado com o propósito de ilustrar a compreensão da interação entre as variáveis consideradas nesse trabalho pode ser visualizado na Figura 1:

Figura 1- Modelo Operacional da Pesquisa



Fonte: Elaboração própria, 2016.

A construção do modelo operacional da pesquisa foi baseada em estudos anteriores sobre evidenciações ambientais voluntárias, sustentabilidade estratégica e valor de mercado das empresas. Tais estudos demonstram que o investimento em políticas de enfrentamento às mudanças climáticas pode resultar em melhor desempenho econômico-financeiro (KOLK, LEVY e PINKSE, 2008; JABBOUR e SANTOS, 2009; STERK, 2013; CLARO e CLARO, 2014; OLIVEIRA, 2014; GALLEGO-ÁLVAREZ, SEGURA e MARTÍNEZ-FERRERO, 2015).

Sob o aparato conceitual da Teoria da Divulgação Voluntária, espera-se que o mercado de capitais reaja de forma positiva às evidenciações voluntárias das informações sobre mudanças climáticas, pois estas demonstram o comprometimento das empresas com questões que vão além das responsabilidades corporativas tradicionais.

Nesse contexto, utilizando a vertente da divulgação baseada na associação (*association-based disclosure*), seria possível supor que existe relação positiva entre a divulgação voluntária de informações de enfrentamento às mudanças climáticas e o desempenho econômico-financeiro das empresas. As hipóteses e estudos anteriores que contribuíram para as suas respectivas formulações estão relacionadas a seguir. Com o propósito de contribuir para a solidez dos resultados foram consideradas múltiplas variáveis

de desempenho econômico-financeiro: Retorno sobre Ativos (ROA), Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE), Retorno anormal das ações e Q de Tobin.

H1: Existe relação entre a evidenciação de informações sobre as mudanças climáticas e o Retorno sobre Ativos. (Álvarez, Sánchez e Vieira, 2013; Lee, 2012; Boiral, Henri e Talbot, 2012; Böttcher e Müller, 2015; Gallego-Álvarez, Segura e Martínez-Ferrero, 2015).

H2: Existe relação entre a evidenciação de informações sobre as mudanças climáticas e o Retorno sobre o Patrimônio Líquido. (Lee, 2012; Chakrabarty e Wang, 2013; Böttcher e Müller, 2015; Gallego-Álvarez, Segura e Martínez-Ferrero, 2015).

H3: Existe relação entre a evidenciação de informações sobre as mudanças climáticas e o Retorno anormal das ações. (Ziegler, Busch e Hoffmann, 2011; Lee, 2012).

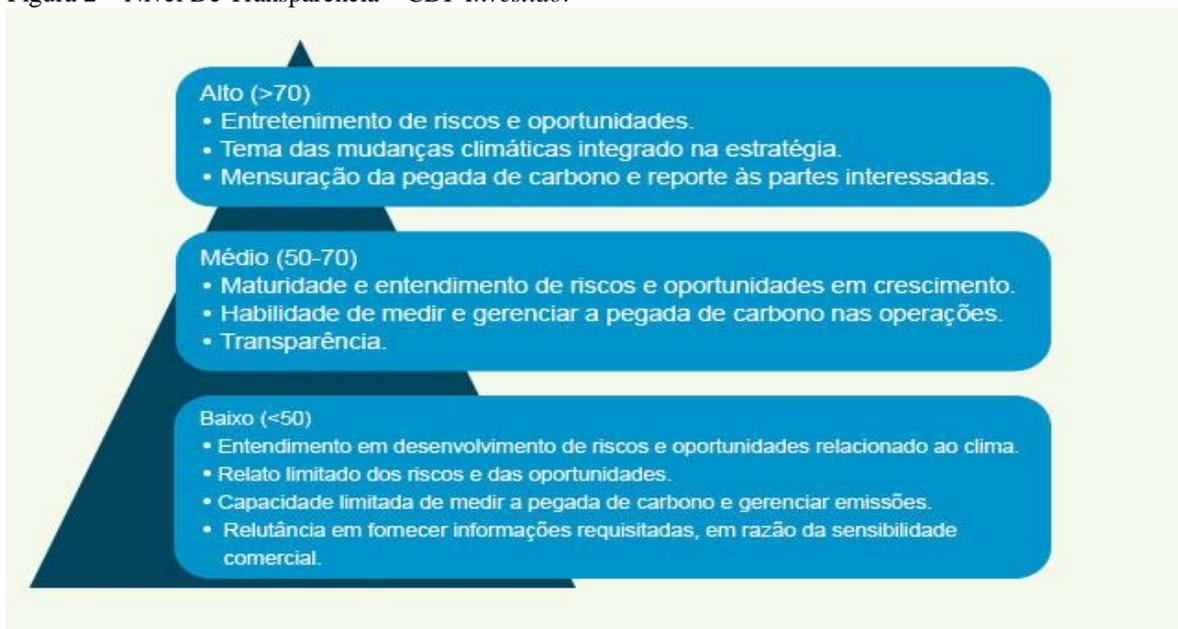
H4: Existe relação entre a evidenciação de informações sobre as mudanças climáticas e o Q de Tobin. (Misani e Pogutz, 2015)

Conforme apresentado no modelo operacional da pesquisa, para o escopo desta investigação, a variável dependente utilizada será o desempenho econômico-financeiro e, como variável independente principal, a evidenciação de informações sobre mudanças climáticas. Para mensurar a variável independente, foi utilizado como *proxy* o nível de *disclosure*, que foi calculado de acordo com as notas atribuídas às empresas respondentes em relação ao índice de Transparência.

As respostas das empresas foram analisadas e pontuadas de acordo com dois sistemas paralelos de pontuação: Transparência e Desempenho. A pontuação de Transparência avalia a integridade e a qualidade da resposta da empresa. Uma pontuação elevada em Transparência demonstra que a empresa forneceu informações completas sobre os processos de gestão de riscos e resultados de medição e gestão das suas emissões e a sua estratégia frente às mudanças climáticas. Já a pontuação de Desempenho avalia o nível de ação, conforme o que é relatado pela empresa sobre mudanças climáticas, mitigação, adaptação e transparência (CDP, 2014).

Para o escopo deste trabalho foi considerado o índice de Transparência em razão deste avaliar o grau de divulgação das respostas das empresas participantes do CDP *Investidor*, uma vez que este avalia se a empresa forneceu informações completas sobre os processos de riscos e oportunidades, de medição e gestão das emissões de GEE e as estratégias frente às mudanças climáticas. A pontuação de Transparência é normatizada em uma escala de 0 a 100 pontos. A descrição de cada faixa está detalhada na Figura 2.

Figura 2 – Nível De Transparência – CDP *Investidor*



Fonte: CDP 2015

3.3. PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Com o propósito de alcançar o objetivo proposto desse trabalho, inicialmente foi realizado o levantamento dos índices de Transparência das empresas participantes da amostra. Em seguida foram extraídas as informações das demonstrações contábeis e os dados econômico-financeiros no banco de dados do Economática para a composição das variáveis contábeis e de mercado que foram utilizadas nesse estudo: Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE), Retorno sobre Ativos (ROA), Receita Líquida (RL), Lucro (L), Risco (β) e Valor de Mercado (Q de Tobin).

Dessa forma, para verificar a relação entre evidenciação de informações sobre mudanças climáticas e o desempenho econômico-financeiro das empresas componentes da

amostra, com base no modelo operacional de pesquisa, foi desenvolvido um modelo de regressão apresentada na Equação 1.

$$DEF = \beta_0 + \beta_1 EIMC + \beta_2 Tam + \beta_3 Endiv + \varepsilon \quad (1)$$

Sendo:

DEF = Desempenho econômico-financeiro (Rentabilidade)

β_0 = intercepto;

$\beta_1 EIMC$ = Evidenciação de informações sobre mudanças climáticas (nível do *disclosure*), variável *dummy*;

$\beta_2 Tam$ = Tamanho da Empresa (\log_{10} do Ativo Total);

$\beta_3 Endiv$ = Endividamento da empresa (PL/AT)

ε : erro

Para contribuir com a solidez dos resultados nessa pesquisa, foram utilizadas diversas *proxies* de desempenho econômico-financeiro, portanto o modelo geral de regressão deu origem a quatro modelos econométricos, conforme pode ser visto no Quadro 3.

Quadro 3 - Modelos de regressão

Modelos	Variável dependente	Intercepto	Variável independente: principal	Variáveis independentes: controle		Erro
				Tamanho	Endividamento	
1	ROE	β_0	$\beta_1 EIMC$	$\beta_2 Tam$	$\beta_3 Endiv$	ε
2	ROA	β_1	$\beta_1 EIMC$	$\beta_2 Tam$	$\beta_3 Endiv$	ε
3	Retorno Anormal	β_2	$\beta_1 EIMC$	$\beta_2 Tam$	$\beta_3 Endiv$	ε
4	Q de Tobin	β_3	$\beta_1 EIMC$	$\beta_2 Tam$	$\beta_3 Endiv$	ε

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) foi calculado pela relação entre o Lucro Líquido com o Patrimônio Líquido, enquanto que o Retorno sobre Ativos (ROA) foi calculado pela relação entre o Lucro Líquido com o Ativo Total.

Para obtenção dos dados referentes ao retorno anormal das empresas componentes da amostra da pesquisa, foi utilizado o modelo CAPM (*Capital Asset Pricing Model*). Assim, para cálculo da taxa de retorno obtido pelas empresas componentes da amostra desta pesquisa foi utilizada a seguinte equação:

$$R_{it} = \frac{p_{it} - p_{it-1}}{p_{it-1}}$$

Onde:

R_{it} = Retorno do ativo i no ano t .

p_{it} = preço da ação da empresa i no fechamento do ano t .

p_{it-1} = preço da ação da empresa i no fechamento do ano anterior.

De posse dos valores das taxas de retorno efetivas das ações, encontrou-se a taxa de retorno esperada. Para determinação da taxa livre de risco, foi utilizada a taxa de retorno da poupança que pode ser consultada no site do Banco Central no link <http://www4.bcb.gov.br/pec/poupanca/poupanca.asp>. Para obtenção do coeficiente beta do período, por sua vez, realizou-se consulta à base de dados do programa Economática.

$$E(R_i) = R_f + \beta_{it} [E(R_M) - R_f]$$

Onde:

$E(R_i)$ = taxa esperada de retorno do ativo i .

R_f = taxa livre de risco.

β_{it} = coeficiente beta do período.

$E(R_M)$ = retornos esperados do mercado, calculado a partir do índice da Bovespa.

Por fim, o Retorno Anormal (RA) foi obtido a partir da subtração do retorno obtido com o retorno esperado:

$$RA = R_{it} - E(R_i)$$

A segunda variável de mercado que foi utilizada nesse estudo é o Q de Tobin. Desenvolvido por Tobin e Brainard (1968) e Tobin (1969), o Q de Tobin é uma variável explorada por vários trabalhos nacionais e internacionais que buscam medir a reação entre o valor de mercado de determinada empresa e o valor de reposição de seus ativos. Apresenta diversas aplicações na economia e finanças e, por essa razão, foi utilizada como proxy de

desempenho para o escopo desse trabalho, num sentido de *performance*, expressando o valor da empresa, tornando-se uma variável comparável de empresa para empresa (FAMÁ e BARROS, 2000).

Em decorrência da complexidade dos procedimentos para obtenção dos dados necessários para o cálculo do Q de Tobin, o que, em alguns casos poderiam inviabilizar a pesquisa no mundo real, métodos de adaptação foram formulados por diversos autores, tais como Lindeberg e Ross (1981), Lewwllen e Badrinath (1997), Lee e Tompkins (1999), Chung e Pruitt (1994) e Shin e Stulz (2000), estes dois últimos propondo procedimentos mais simplificados. (FAMÁ e BARROS, 2000).

Para a presente pesquisa utilizou-se o q de Tobin aproximado e simplificado de Chung e Pruit (1994) que pode ser apresentado como:

$$q = \frac{VMA+D}{AT}$$

Sendo que o VMA é o valor de mercado das ações negociadas em bolsa (preço da ação x quantidade de ações). O 'D' da equação, que representa as dívidas de curto prazo menos os ativos circulantes mais líquidos e mais o valor das dívidas de longo prazo, é aqui definido como:

$$D = VCPC - VCAC + VCE + VCDLP$$

Em que VCPC é o valor contábil do passivo circulante, VCAC é o valor contábil do ativo circulante, VCE é o valor contábil dos estoques e VCDLP é o valor contábil das dívidas de longo prazo.

E por fim o AT representa o Ativo Total da empresa mensurado pelo seu valor contábil.

O estudo traz também as variáveis de controle consideradas a partir das indicações da literatura concernentes ao tema. Como variáveis de controle foram utilizados o tamanho da empresa e o endividamento representadas pelas *proxies* Log_AT e PL_AT. Estas variáveis foram empregadas em estudos que investigaram a relação entre o valor da empresa (Q de Tobin) e as questões ambientais (ROSSI JR, 2009; ANDRADE ET AL., 2013; CLARO & CLARO, 2014; SOUSA ET AL., 2014; OLIVEIRA, 2014).

A utilização dessas variáveis se justifica, uma vez que quanto maior a empresa maior pode ser a estratégia de diversificação de seus produtos e, portanto, apresentam maior retorno

(FERNANDES, 2012). Rover et al (2012), utilizando a Teoria da Divulgação, corrobora a relação entre o tamanho e o *disclosure* ambiental ao ratificarem que empresas mais expostas ao público tendem a evidenciar mais informações para aumentar sua reputação corporativa.

No âmbito da abordagem oportunística da Teoria da Agência, justifica-se que gestores de empresas com maior nível de endividamento tendem a divulgar voluntariamente mais informações para satisfazer os credores e remover as suspeitas sobre a transferência de riqueza para os acionistas, de modo a reduzir seu custo de agência da dívida (LANZANA; 2004; FERNANDES, 2012 e ROVER ET AL, 2012).

Abaixo estão sumarizadas as variáveis e fontes dessa pesquisa.

Quadro 4 - Resumo Variáveis

Classificação da Variável	Variável	Proxy	Fonte
Dependente	Desempenho econômico-financeiro	ROA, ROE, Retorno anormal das ações e Q de Tobin.	Economática
Independente (principal)	Evidenciação de Informações sobre as Mudanças Climáticas	Variável <i>dummy</i>	Índices de Transparência / Questionário do CDP Investidores Brasil
Independente (Controle)	Tamanho	<i>Ln</i> do Ativo Total	Economática
	Endividamento	PL/Ativo Total	Economática

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Destaca-se que antes da realização do teste de Hausman, analisaram-se as principais propriedades estatísticas dos erros de regressão: autocorreção serial, normalidade e homoscedasticidade dos resíduos. Com os pressupostos atendidos, realizou-se a análise de regressão em painel.

Para se testar as hipóteses levantadas nesta pesquisa, foi utilizado o modelo de regressão de dados em painel. Optou-se por esse tipo de regressão devido às características da amostra, pois se buscou observar variáveis constantes para as mesmas empresas no período de 4 (quatro) anos. (Kalton e Citro, 2000).

Esse tipo de regressão frequentemente utiliza-se de três abordagens: Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), Efeitos Fixos e Efeitos Aleatórios. O modelo MQO representa uma regressão em sua forma mais convencional e é a mais simples dentre os modelos de dados em painel, em que se combinam todos os dados em corte transversal e em séries temporais, podendo ser utilizada quando a série contém empresas diferentes, uma vez que pressupõe que o intercepto e os parâmetros são os mesmos para todas as companhias. Já na análise de efeitos fixos, levam-se em consideração as alterações nas *cross-sections* ao longo do tempo. Nesse modelo, supõe-se que o intercepto i varia de um indivíduo para outro, mas é constante no tempo, e os coeficientes angulares são constantes para os indivíduos ao longo de todo o período. Já no modelo de efeitos aleatórios, também denominado modelo de correção de erros, a diferença entre os indivíduos passa a ser captada por um termo de erro aleatório (ui). (GUJARATI, 2006; FÁVERO et al., 2009; ROVER e SANTOS, 2014).

Santos (2000 apud, Fávero et al., 2009) apresenta como principal vantagem dos modelos de dados em painel o controle da heterogeneidade individual, ou seja, à possibilidade de se medirem separadamente os efeitos gerados por conta de diferenças existentes entre cada observação em cada *cross-section*, além de possibilitar à avaliação da evolução, para um dado indivíduo, das variáveis em estudo ao longo do tempo. Outras vantagens apresentadas são: *i*) os dados em painel providenciam uma maior quantidade de informação, *ii*) maior variabilidade dos dados, *iii*) menor colinearidade entre as variáveis, *iv*) maior número de graus de liberdade e *v*) maior eficiência na estimação.

Com a finalidade de verificar qual o modelo mais adequado a ser utilizado para testar as hipóteses desta investigação, utilizou-se o teste de *Hausman*. Por meio deste teste, avaliou-se qual a melhor forma de especificação dos efeitos dos modelos: Efeitos Fixos ou Efeitos Aleatórios, para os quatro modelos de regressão deste estudo. A fim de obter painéis balanceados foram selecionadas apenas as unidades amostrais presentes em todos os anos do período da pesquisa. Após a aplicação deste critério, a amostra considerada nesta etapa do estudo foi composta por 48 empresas e 192 observações.

4.1 TESTE DE HIPÓTESE H1 (ROA)

O resultado do teste de *Hausman* para o primeiro modelo de regressão indica que o modelo mais adequado para a análise de dados em painel é o modelo de Efeitos Aleatórios, uma vez que observou-se um P-valor acima de 0,05. O resultado do referido teste está exposto na Tabela 1.

Tabela 1 – Teste de *Hausman* (Modelo 01)

Test	Qui-Quadrado	P-valor
Cross-section random	3,67722	0,29850

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Em seguida, aplicou-se o teste do multiplicador de *Lagrange* com o propósito de averiguar a adequação da análise utilizando o modelo de Efeito Aleatórios com relação à alternativa de utilizar o modelo básico OLS (*Ordinary Least Squares*). Assim, foram analisadas as estatísticas *Breusch-Pagan* e *Honda* para identificar se os componentes da variância específica das unidades individuais ou das unidades temporais são ou não iguais a zero. Na Tabela 2 estão apresentados os resultados do teste.

Tabela 2 – Teste do Multiplicador de *Lagrange* (Modelo 01)

	var	sd=sqrt (var)
ROA	0,227621	0,1508711
E	0,0110562	0,1051486
U	0,0049751	0,0705342
Test: Var(u) = 0	chibar2(01) = 22.77	Prob > chibar2 = 0.0000

Fonte: dados da pesquisa, 2016.

Os dados obtidos confirmaram a adequação do Modelo de Efeitos Aleatórios para a análise dos dados, (P-valor < 0,05) para a análise dos componentes da variância, tanto no resultado do *Breusch-Pagan* como no *Honda*. Em seguida, realizou-se a análise de regressão em painel, cujos resultados estão expostos na Tabela 3.

Tabela 3 – Regressão em painel com Efeito Aleatório (Modelo 01)

Variável	Coefficiente	Erro	Estatística <i>t</i>	P-valor
β_0 Constante	-0,267565	0,142931	-1,871979	0,06280
β_1 EIMC	0,000501	0,000628	0,798402	0,42560
β_2 Tam	0,02026	0,018926	1,070471	0,28580
β_3 Endivid	0,246785	0,034975	7,056064	0,00000
R ²				0,22586
R ² Ajustado				0,21350
Estatística F				18,28300

Fonte: dados da pesquisa, 2016.

Analisando-se o ajustamento do modelo proposto, constatou-se que 22,58 % (R²) da variabilidade ocorrida na variável dependente (ROA) podem ser explicadas pelas variáveis independentes deste modelo (Evidenciação de informações sobre mudanças climáticas, Tamanho e Endividamento). Os resultados indicam que existe relação positiva entre a Evidenciação de informações sobre mudanças climáticas (EIMC) e o Retorno sobre Ativos (ROA). No entanto, esta relação não é estatisticamente significativa, portanto, rejeita-se a hipótese H1.

De modo geral, estes resultados coadunam com os dos estudos de Lee (2012) e Böttcher e Müller (2015) que encontraram relação positiva, mas não estatisticamente significativa e vão de encontro aos achados de Gallego-Álvarez, Segura e Martínez-Ferrero (2015).

4.2 TESTE DE HIPÓTESE H2 (ROE)

Com o propósito de testar a segunda hipótese deste estudo, realizou-se mais uma análise de regressão. O resultado do teste de *Hausman* para o segundo modelo indica novamente que o modelo mais adequado para a análise de dados em painel é o modelo de

Efeitos Fixos, uma vez que observou-se um P-valor abaixo de 0,05, conforme consta na Tabela 4.

Tabela 4 – Teste de *Hausman* (Modelo 02)

Test	Qui-Quadrado	P-valor
Cross-section random	42,87409	0,00000

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Os resultados da análise de regressão em painel estão apresentados na Tabela 5. Destaca-se que 52,73 % (R^2) da variabilidade ocorrida na variável dependente (ROE) podem ser explicadas pelas variáveis independentes deste modelo (Evidenciação de informações sobre mudanças climáticas, Tamanho e Endividamento).

Os resultados indicam que existe relação estatisticamente significativa ao nível de 10%, entre a Evidenciação de informações sobre mudanças climáticas (EIMC) e o Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE), todavia, esta relação é negativa por isso, rejeita-se a hipótese H2.

Tabela 5 – Regressão em painel com Efeito Fixo (Modelo 02)

Variável	Coefficiente	Erro	Estatística <i>t</i>	P-valor
β_0 Constante	-1,959108	2,794926	-0,700952	0,4845
β_1 EIMC	-0,005931	0,003438	-1,725006	0,0867
β_2 Tam	0,423264	0,388541	1,089367	0,2779
β_3 Endivid	-1,126361	0,188850	-5,964305	0,0000
R^2				0,527266
R^2 Ajustado				0,359630
Estatística F				3,145298

Fonte: dados da pesquisa, 2016.

4.3 TESTE DE HIPÓTESE H3 (RETORNO ANORMAL DAS AÇÕES)

A terceira hipótese deste estudo supõe que existe relação positiva entre a evidenciação de informações de enfrentamento às mudanças climáticas e o Retorno anormal das ações. O

resultado do teste de *Hausman* para o terceiro modelo está apresentado na Tabela 6 e demonstra que o modelo mais adequado para a análise de dados em painel é o modelo de Efeitos Fixos, pois se verificou um p-valor abaixo de 0,05.

Tabela 6 – Teste de *Hausman* (Modelo 03)

Test	Qui-Quadrado	P-valor
Cross-section random	8,472871	0,03720

Fonte: dados da pesquisa, 2016.

Na Tabela 7 estão apresentados os resultados da análise de regressão em painel do Modelo 03. Os dados indicam que 26,22% (R^2) da variabilidade ocorrida na variável dependente (Retorno anormal das ações) podem ser explicadas pelas variáveis independentes deste modelo (Evidenciação de informações sobre mudanças climáticas, Tamanho e Endividamento).

Tabela 7 – Regressão em painel com Efeito Fixo (Modelo 03)

Variável	Coefficiente	Erro	Estatística <i>t</i>	<i>P</i> -valor
β_0 Constante	-54,91805	37,881510	-1,449732	0,1494
$\beta_1 EIMC$	0,082729	0,046604	1,775144	0,0780
$\beta_2 Tam$	6,743782	5,266160	1,280588	0,2024
$\beta_3 Endivid$	0,296719	2,559615	0,115923	0,9079
R^2				0,262235
R^2 Ajustado				0,000616
Estatística F				1,002354

Fonte: dados da pesquisa, 2016.

Os resultados indicam uma relação positiva e estatisticamente significativa ao nível de significância de 10% entre a Evidenciação de informações sobre mudanças climáticas (EIMC) e o Retorno anormal das ações, portanto, confirma-se a hipótese H3. De modo geral, estes resultados convergem com os estudos de por Ziegler, Busch e Hoffmann (2011), Lee (2012) e Sterk (2013).

$\beta_1 EIMC$	0,001774	0,005102	0,347673	0,7286
$\beta_2 Tam$	-2,348795	0,576526	-4,074049	0,0001
$\beta_3 Endivid$	-0,815292	0,28022	-2,909471	0,0042
R^2				0,907057
R^2 Ajustado				0,874099
Estatística F				27,52134

Fonte: dados da pesquisa, 2016.

Com base nas evidências obtidas, para o período e amostra investigada, não é possível afirmar que existe relação estatisticamente significativa entre o *disclosure* sobre mudanças climáticas e o Retorno sobre Ativos, o Retorno sobre o Patrimônio Líquido, e o Q de Tobin, por isso, rejeitam-se as hipóteses H₁, H₂ e H₄. No entanto encontramos relação positiva e significativa ao nível de significância de 10% entre o *disclosure* sobre mudanças climáticas e o Retorno Anormal, confirmando dessa forma a H₃.

Sendo assim, por meio dos achados, é possível inferir parcialmente que a evidenciação destas informações afeta significativamente o desempenho econômico-financeiro das empresas investigadas. Tais resultados estão alinhados com o aparato conceitual da teoria da divulgação, porquanto se espera que o mercado de capitais reaja de forma positiva ao *disclosure*. Visto que essa evidenciação demonstra comprometimento com questões que estão além das responsabilidades corporativas tradicionais, é esperado que o mercado recompense as empresas em termos econômico-financeiros.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve o propósito de investigar qual a relação entre a evidenciação de informações sobre mudanças climáticas e o desempenho econômico-financeiro das empresas brasileiras participantes do CDP Investidores no período de 2012 a 2016. Para mensurar a variável evidenciação de informações sobre mudanças climáticas, utilizou-se como *proxy* o *scoring* de Transparência disponibilizado anualmente pelo CDP Investidores com base nas respostas fornecidas pelas empresas.

O índice de Transparência foi utilizado em razão deste avaliar o grau de divulgação das respostas uma vez que este pondera se a empresa forneceu informações completas sobre os processos de riscos e oportunidades, de medição e gestão das emissões de GEE e as estratégias frente às mudanças climáticas.

Para o cálculo do desempenho econômico-financeiro das empresas componentes da pesquisa, considerou-se como *proxies* de desempenho econômico-financeiro, as seguintes métricas contábeis: Retorno sobre Ativos (ROA) e Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) e as seguintes métricas de mercado: Retorno anormal das ações e Q de Tobin.

Com base nas análises das médias dos *scorings*, verifica-se que é crescente o número de organizações que estão divulgando informações sobre as políticas de enfrentamento às mudanças climáticas, melhorando a transparência de suas ações. Percebe-se também uma tendência crescente de companhias que têm integrado em sua estratégia o tema das mudanças climáticas, que estabelecem metas de redução de emissões de GEE e que assumem compromissos públicos sobre metas de redução de GEE, sobretudo em termos de mitigação das emissões.

Dessa forma, por meio dos resultados da análise de regressão em painel encontrou-se uma relação positiva e significativa ao nível de significância de 10% entre o *disclosure* sobre mudanças climáticas e o Retorno Anormal, confirmando dessa forma a H₃. No entanto, não foi encontrado uma relação estatisticamente significativa entre o *disclosure* sobre mudanças climáticas e o Retorno sobre Ativos, o Retorno sobre o Patrimônio Líquido, e o Q de Tobin, por isso, foram rejeitadas as hipóteses H₁, H₂ e H₄. Tais resultados estão alinhados com o aparato conceitual da teoria da divulgação, porquanto se espera que o mercado de capitais reaja de forma positiva ao *disclosure*.

Os achados desta investigação contribuem para ampliar as discussões acadêmicas no campo de investigação contábil, principalmente para os estudos na área de contabilidade socioambiental. Dentre as limitações deste estudo, tem-se que os resultados restringem-se ao período e a amostra investigada e, portanto, não podem servir de base para generalizações sobre o comportamento das empresas.

Diante deste cenário, sugere-se que pesquisas futuras ampliem a amostra para outros países e utilizem um horizonte temporal maior. Além disso, propõe-se a utilização de outras *proxies* para mensurar as informações sobre mudanças climáticas. Pesquisas poderiam mapear quais são os principais meios de *disclosure* destas informações e mensurar o seu nível de evidenciação, averiguando as respostas dos questionários do CDP Investidores através de uma análise de conteúdo com o intuito de examinar o crescimento da preocupação dos gestores com a pressão social face os problemas ambientais. De modo adicional, poder-se-ia incluir outras variáveis econômico-financeiras no modelo econométrico. Complementarmente, estudos poderiam analisar o tema em questão à luz de outras teorias, como: da legitimidade, da sinalização e institucional.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ, I. G.; SÁNCHEZ, I. M.; VIEIRA, C.S. Climate Change and Financial Performance in Time of Crisis. **Business Strategy and the Environment**. v. 23, p. 361–374, 2014.

ANDRADE, Euridice Soares Mamede; COSENZA, José Paulo; ROSA, Luiz Pinguelli. Evidenciação do risco empresarial e ambiental diante das mudanças climáticas e do aquecimento global. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 7, n. 17, 2013.

BACHMANN, Ramon KB; CARNEIRO, Leandro M.; ESPEJO, Márcia MSB. Evidenciação de informações ambientais: proposta de um indicador a partir da percepção de especialistas. **Revista de Contabilidade e Organizações**, 2013, 7.17.

BACHOO, Kaveen; TAN, Rebecca; WILSON, Mark. Firm value and the quality of sustainability reporting in Australia. **Australian Accounting Review**, v. 23, n. 1, p. 67-87, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEBBINGTON, Jan; LARRINAGA-GONZÁLEZ, Carlos; MONEVA-ABADÍA, Jose M. Legitimizing reputation/the reputation of legitimacy Theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 21, n. 3, p. 371-374, 2008.

BERGER, Peter L., LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1996.

BOIRAL, O.; HENRI, J. F.; TALBOT, D. Modeling the impacts of corporate commitment on climate change. **Business Strategy and the Environment**, v. 21, n. 8, p. 495-516, 2012.

BÖTTCHER, Christian Felix; MÜLLER, Martin. Drivers, Practices and Outcomes of Low-carbon Operations: Approaches of German Automotive Suppliers to Cutting Carbon Emissions. **Business Strategy and the Environment**, 2013.

BROWN, N.; DEEGAN, C. The public disclosure of environmental performance information: a dual test of media agenda setting theory and legitimacy theory. **Accounting and Business Research**. Vol. 29, n. 1, p. 21-41. 1999.

CARBON DISCLOSURE PROJECT (CDP). **Do Disclosure à Ação: Relatório CDP Brasil**. 2013. Disponível em:< <https://www.cdproject.net/CDPResults/CDP-Brazil-Climate-Change-Report-2013.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. **Brasil**. Disponível em:<<http://www.cdproject.net>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

CARBON TRUST. **Creating change through carbon footprinting**. Disponível em:< <http://www.carbontrust.com/>>. Acesso em: 25 out. 2015.

CLARKSON, M., B., E. A Stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. *The Academy of Management Review*, v. 20, n. 1, p. 92-117, 1995.

CHAKRABARTY, Subrata; WANG, Liang. Climate change mitigation and internationalization: The competitiveness of multinational corporations. **Thunderbird International Business Review**, v. 55, n. 6, p. 673-688, 2013

CHAKRABORTY, Sukumar; NEWTON, Adrian C. Climate change, plant diseases and food security: an overview. **Plant Pathology**, v. 60, n. 1, p. 2-14, 2011.

CHO, Charles H.; FREEDMAN, Martin; PATTEN, Dennis M. Corporate disclosure of environmental capital expenditures: A test of alternative theories. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 25, n. 3, p. 486-507, 2012.

CHO, Charles H; PATTEN, Dennis M. The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: a research note. **Accounting, Organizations and Society**. Vol. 32, p. 639-647. 2007.

CINTRA, Yara Consuelo. *A integração da sustentabilidade às práticas de controle gerencial das empresas no Brasil*. 2011. Tese Doutorado. Universidade de São Paulo.

CLARO, P. B. O, & CLARO, D. P. (2014). Sustentabilidade estratégica: existe retorno no longo prazo? *Revista de Administração*, 49(2), 291-306.

COELHO, Antônio C.; CUNHA, Jacqueline VA. **Regressão linear múltipla. Análise multivariada: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia**. São Paulo: Atlas, p. 131-231, 2007.

DA CRUZ, T. S., GOMES, S. M. D. S., BRUNI, A. L., DIAS FILHO, J. M., & OLIVEIRA, N. D. S. Práticas de Sustentabilidade Empresarial, Estratégias de Enfrentamento às Mudanças Climáticas e Criação de Valor: um estudo com as empresas não financeiras listadas na BM&FBOVESPA. XV Congresso USP São Paulo, 2015.

DE CARVALHO, Valdemir Galvao et al. INFLUÊNCIA DA BOOK-TAX-DIFFERENCES NO RETORNO FINANCEIRO DAS AÇÕES DE COMPANHIAS BRASILEIRAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA. **Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos (REDECA)**, v. 3, n. 1, p. 120-139, 2016.

DE SOUSA, Claudinéia Boaventura, et al. Valor de mercado e disclosure voluntário: Estudo empírico em companhias listadas na BM&FBovespa. **REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL- Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036**, 2014, 6.2: 94-115.

DEEGAN, Craig; RANKIN, M. The materiality of environmental information to users of annual reports. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 10, n. 4, p. 562-583, 1996.

DEEGAN, Craig. The legitimising effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 3, 2002.

DIAS FILHO, J. M. **Políticas de Evidenciação Contábil: Um Estudo do Poder Preditivo e Explicativo da Teoria da Legitimidade**. XXXI Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2008.

DOWLING, John; PFEFFER, Jeffrey. Organizational legitimacy: social values and organizational behavior. *Pacific Sociological Review*. v. 18, n. 1, p. 122-136, 1975.

DYE, R. (2001) An evaluation of “essays on disclosure” and the disclosure literature in accounting. **Journal of Accounting and Economics**, 32, 181-235.

FAMÁ, Rubens; BARROS, L. A. B. C. Q de Tobin e seu uso em finanças: aspectos metodológicos e conceituais. **Caderno de Pesquisas em Administração**, v. 7, n. 4, p. 27-43, 2000.

FARIAS, K. T. R. **A relação entre divulgação ambiental, desempenho ambiental e desempenho econômico nas empresas brasileiras de capital aberto: uma pesquisa utilizando equações simultâneas**. 2008, 189 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade). Faculdade de Administração Economia e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

FARIAS, L.F.Q; GÓES, M.F.B; RABÊLO FILHO, R.L.N .Análise de Práticas e Estratégias Climáticas na Petrobras: um Estudo à Luz do Modelo de Estratégias Climáticas. In: XXXVI EnANPAD, 2012. **Anais...**

FARIAS, L.G.Q. **Estratégias de legitimidade de Suchman evidenciadas pelas Empresas brasileiras destinatárias do pedido do Carbono Disclosure Project**. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

FARIAS, L.G.Q. et al. Carbon Disclosure Project (CDP): caracterização da evidenciação de informações ambientais das empresas brasileiras entre 2006 e 2010. **Revista Sistemas & Gestão**, v.06, pp. 431-446, 2011.

FERNANDES Sheila Mendes A relação entre o *Disclosure* Ambiental e Retorno Anormal: uma análise das empresas brasileiras listadas na Bovespa. XXXVI encontro ANPAD 2012.

FREEMAN, R. E.; McVEA, J. A stakeholder approach to strategic management. In: HITT, M.; FREEMAN, E.; HARRISON, J. Handbook of strategic management. Oxford: Blackwell Publishing, 2000. p. 189-207.

GALLEGO-ÁLVAREZ, Isabel; SEGURA, Liliane; MARTÍNEZ-FERRERO, Jennifer. Carbon emission reduction: the impact on the financial and operational performance of international companies. *Journal of Cleaner Production*, v. 103, p. 149-159, 2015.

GÓIS, Alan Diógenes; DE LUCA, Márcia Martins Mendes; DE VASCONCELOS, Alessandra Carvalho. Determinantes da divulgação dos indicadores de desempenho da GRI nas empresas do Brasil e da Espanha. **Revista Ambiente Contábil**, v. 7, n. 1, p. 155, 2015.

GONÇALVES, R. C. M. G.; PIRANI, D. C.; BORGER, F. G. Qualidade das Informações sobre Responsabilidade Social Divulgadas pelos Bancos Privados com Ações Listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Salvador. ANPAD, 2007 p. 16-29.

GRAY, Rob. et al. Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**. Vol. 8, p. 47-77. 1995.

GUJARATI; D. N. **Econometria Básica**: 4ª Edição. Rio de Janeiro. Elsevier- Campus, 2006.

HOFFMAN, A.J. **Getting ahead of the curve: corporate strategies that address climate change**. Prepared for the Pew Center on Global Climate Change. The University of Michigan, 2006.

INTERGOVERNMENTAL PAINEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). **Novos cenários climáticos (Relatório do IPCC/ONU)**. 2007. Disponível em: <www.ecolatina.com.br/pdf/IPCC-COMPLETO.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2016.

JABBOUR, J. C. C.; SANTOS, F. A. C. **Sob os ventos da mudança climática: desafios, oportunidade se o papel da função produção no contexto do aquecimento global**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 10 agosto 2015.

KIM, Y. (2008). Corporate Responses to Climate Change: the Resource-Based View. Recuperado em 15 de agosto de 2015: <http://www.oikos-international>.

KOLK, A; LEVY, D; PINKSE, J. Corporate Responses in an Emerging Climate Regime: The Institutionalization and Commensuration of Carbon Disclosure. *European Accounting Review*, v. 17, n. 4, 2008.

KOULOUKOUI, D. *et al.* Determinantes de Disclosure dos Riscos Climáticos nos Relatórios Anuais das Empresas Brasileiras. In: EnANPAD, 29, 2015. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2015.

LANZANA, Ana Paula. Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras. 2004. **Tese de Doutorado**. Universidade de São Paulo.

LEE, Su-Yol. Corporate carbon strategies in responding to climate change. **Business Strategy and the Environment**, v. 21, n. 1, p. 33-48, 2012.

LEE, Su-Yol; PARK, Yun-Seon; KLASSEN, Robert D. Market responses to firms' voluntary climate change information disclosure and carbon communication. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 22, n. 1, p. 1-12, 2015.

LIESEN, Andrea. Climate Change and Financial Market Efficiency. **Business & Society**, v. 54, p. 511-539, 2015.

LUO, Le; LAN, Yi-Chen; TANG, Qingliang. Corporate incentives to disclose carbon information: evidence from the CDP Global 500 Report. **Journal of International Financial Management & Accounting**, v. 23, n. 2, p. 93-120, 2012.

MACHADO, Esmael Almeida; TAKAMATSU, Renata Turola; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco. Reações do mercado de capitais brasileiro à publicação voluntária dos demonstrativos contábeis em conformidade com os padrões internacionais. **Revista de Estudos Contábeis**, v. 6, n. 10, p. 40-58, 2016.

MADALENA, Joana Duarte et al. Estudo dos Relatórios de Sustentabilidade GRI de Empresas Brasileiras. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 20, n. 1, 2016.

MEYER, John W.; ROWAN, Brian. Institutionalized organizations: Formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, p. 340-363, 1992.

MISANI, Nicola; POGUTZ, Stefano. Unraveling the effects of environmental outcomes and processes on financial performance: a non-linear approach. **Ecological Economics**, v. 109, p. 150-160, 2015.

NOSSA, V. Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional. 2002. 246 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

O'DONOVAN, Gary. Environmental disclosures in the annual report: Extending the applicability and predictive power of legitimacy theory. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 344-371, 2002.

OLIVEIRA, N. C. **Nível de divulgação ambiental e valor das ações: o disclosure ambiental positivo está relacionado ao valor das empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA?** 2014. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

OLIVEIRA, N. S. **O enigmático impacto da RSC no desempenho econômico financeiro de companhias brasileiras.** 2014. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

PARENTE, Paulo Henrique Nobre et al. Teoria institucional e disclosure de sustentabilidade: uma investigação no setor de energia elétrica. **RACE-Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 13, n. 3, p. 889-918, 2014.

PATTBERG, P; ENECHI, O. The Business of Transnational Climate Governance: legitimate, accountability and transparent? **St. Antony's International Review**, v.5, n.1, April 2009.

PATTEN, D. M. Intra-industry environmental disclosures in response to the alaskan oil spill: a note on legitimacy theory. **Accounting, Organizations and Society**. Vol. 15, n. 5, p. 471-475. 1992.

PINKSE, Jonatan; KOLK, Ans. **International business and global climate change.** Routledge, 2009.

RAFFAELLI, Susana Cipriano Dias, et al. Alisamento de resultados e disclosure ambiental: Uma investigação no setor de siderurgia e metalurgia brasileiro. **Revista Ambiente Contábil**, 2014, 6.1: 163-182.

RONEN, Joshua; YAARI, Varda. **Earnings management.** Springer US, 2008.

ROSSI, J. L. Jr. What is the value of corporate social responsibility? An answer from Brazilian sustainability index. **Journal of International Business and Economics**, v.9, 169–178, 2009.

ROVER, S.; SANTOS, A. Revisitando os determinantes do *disclosure* voluntário socioambiental no Brasil: em busca de robustez na mensuração da variável socioambiental. **Contabilometria**, v. 1, n. 2, p.15-35, 2014.

ROVER, Suliani; TOMAZZIA, Eduardo Cardeal; MURCIA, Fernando Dal-Ri; BORBA, José Alonso. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. **Revista de Administração**, vol.47 n.2 São Paulo Abr./Jun 2012.

SALAZAR, Luis F.; NOBRE, Carlos A.; OYAMA, Marcos D. Climate change consequences on the biome distribution in tropical South America. **Geophysical Research Letters**, v. 34, n. 9, 2007.

SALOTTI, B., YAMAMOTO, M.(2005) Ensaio sobre a teoria da divulgação. **Brazilian Business Review**, 2(1), 53-70.

SILVA, A. H. C.; SANCOVSCHI, M. Evidenciação social corporativa: Estudo de Caso da Empresa Petróleo Brasileiro S.A. In: EnANPAD, 30, 2006. Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2006. CD-ROM.

SILVA, M. N.; ALEXANDRE, J.; FREITAS, M. L.; SOUZA FILHO, L. L. S. Determinantes do Disclosure Ambiental nos Relatórios de Empresas Listadas na BM&FBOVESPA. In: XIV Congresso USP, São Paulo, 2014.

STERK, Leonie. Voluntary Environmental Disclosure: A study of the Carbon Disclosure Project. **IIIEE Master thesis**, 2013.

VERRECCHIA, R. E. Discretionary disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, v. 5, p. 179-194, 1983.

_____. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, p. 97-180, 2001.

VILLIERS, Charl de; STADEN, Chris J. van. Can less environmental disclosure have a legitimising effect? Evidence from Africa. **Accounting, Organizations and Society**, v. 31, p. 763–781, 2006.

ZIEGLER, ANDREAS, BUSCH, TIMO , HOFFMANN, VOLKER H., Disclosed corporate responses to climate change and stock performance: **An international empirical analysis Energy Economics**. 33 1283–1294. 2011.

APÊNDICE A

Carbon Disclosure Project (CDP) - Breve Descrição

O Carbon Disclosure Project (CDP) é uma organização independente, sem fins lucrativos e que detém o maior banco de dados global em impacto climático corporativo do mundo. Foi criada em 2000 e o primeiro questionário foi enviado às 500 maiores empresas do planeta, com a finalidade de acelerar a criação de soluções e mitigar os efeitos do câmbio climático através da divulgação de informações relevantes do cerne dos negócios, políticas e decisões de investimento. Dessa forma, o CDP prospera em unir o poder coletivo das corporações, investidores e líderes políticos para catalisar uma ação unificada de enfrentamento das mudanças climáticas. (CDP, 2015)

O CDP é o único sistema de reporte climático do mundo que representa 534 investidores globais com mais de U\$ 64 trilhões em ativos sob gestão e tem entre seus respondentes grandes multinacionais como a Dell, EADS, Vale, PepsiCo e Walmart. A participação de instituições brasileiras signatárias aumentou novamente em 2010, com a adesão de 55 signatários nacionais (quase 11% do total mundial de entidades signatárias do projeto). O CDP tem no Brasil o apoio da Abrapp e do Banco Santander na qualidade de patronos nacionais da iniciativa e o Banco Bradesco como principal patrocinador. (CDP, 2010).

As empresas do CDP Brasil são escolhidas com base no índice IBrX da BM&FBovespa, por ordem de liquidez, pertencendo a diversos setores da economia brasileira, e baseadas na classificação tipológica oficial da própria BM&FBovespa. O CDP se confirma como uma ferramenta adequada e relevante de comunicação para as empresas brasileiras, sendo um veículo consistente para informar as estratégias de governança climática das empresas não somente para os investidores, como também para outros públicos alvo (governo, consumidores, fornecedores, entre outros). Várias empresas estão utilizando essa ferramenta em todo o seu potencial, fornecendo respostas completas e de alta qualidade. (CDP, 2013 e CDP, 2014).

Pontuação das Respostas

Como forma de estimular as empresas a aprimorar a sua governança climática e investidores a integrar o tema à sua tomada de decisão, o CDP criou – com o apoio da PwC, sua parceira global – uma metodologia para pontuação das respostas submetidas por meio de seu sistema de reporte.

A cada ano as respostas das empresas são analisadas e pontuadas de acordo com dois sistemas paralelos de pontuação: Transparência e Desempenho.

Em âmbito global, essa pontuação dá origem respectivamente ao Carbon Disclosure Leadership Index (CDLI) e ao Carbon Performance Leadership Index (CPLI). Em um levantamento que o CDP realizou com as empresas que figuraram nesses dois índices no período de 2005 a 2011, constatou-se que elas ofereceram o dobro de retorno para seus acionistas. A seguir a explicação resumida sobre como são compostas as notas de scoring. No site do CDP podem ser encontradas informações mais detalhadas, bem como treinamentos e a metodologia completa.

Disclosure

Uma pontuação elevada para o disclosure de carbono indica uma resposta completa e abrangente. A resposta deve mostrar claramente os riscos e oportunidades relacionados com mudanças climáticas específicos a seus negócios e, também, uma boa prática de gerenciamento para avaliação e entendimento das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). No entanto, a pontuação de disclosure não reflete as ações da companhia para mitigar as mudanças climáticas.

As pontuações de disclosure de carbono são avaliadas de acordo com a qualidade e completude das informações relatadas e considera os seguintes fatores:

- O nível de entendimento e gerenciamento de riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas e específicos à companhia;
- Nível de comprometimento e foco estratégico no entendimento das questões relativas aos negócios e relacionadas às mudanças climáticas – nível a que a mudança climática está integrada na estratégia corporativa;
- Habilidade da companhia de medir sua pegada de carbono;
- As práticas de gerenciamento interno para entendimento das emissões de GEE, incluindo uso de energia;
- Frequência e relevância do relato a stakeholders chave da companhia;

- Asseguração externa/verificação de emissões para promover maior confiabilidade e uso das informações (ex.: processo de definição de metas de redução).

É importante salientar que a pontuação de disclosure de carbono não é uma métrica de performance relacionada ao gerenciamento das mudanças climáticas, porque esta pontuação não leva em consideração nenhuma atividade de mitigação. A pontuação de disclosure das companhias é baseada somente nas informações relatadas nas respostas ao CDP Investor e é normatizada em uma escala de 100 pontos. Geralmente, a faixa na qual as companhias se enquadram sugere níveis de comprometimento e experiência relacionados ao disclosure de carbono.

Desempenho

A pontuação de desempenho de carbono é complementar à de disclosure e pode ser encarada como uma ferramenta para reconhecimento das empresas que estão tomando medidas positivas de mitigação de mudanças climáticas. A pontuação de desempenho provê uma perspectiva valiosa no que tange a faixa e qualidade das respostas ao requerimento de informações anual do CDP Investor.

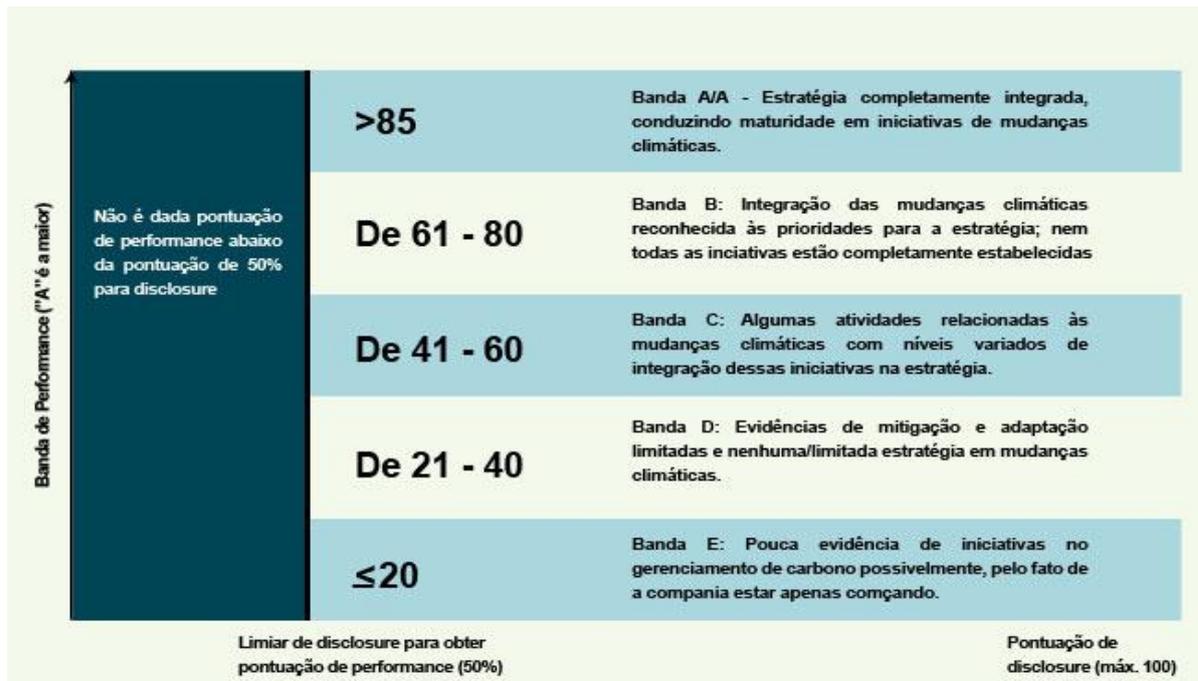
A pontuação considera os seguintes fatores:

- Ações que contribuam para a mitigação, adaptação e transparência em relação às mudanças climáticas;

- A pontuação de desempenho é baseada somente nas informações contidas nas respostas ao CDP Investor. Qualquer ação adicional (negativa ou positiva) que não esteja incluída nas respostas da companhia no CDP Investor (ex.: referências ou links) não são consideradas na aplicação da metodologia de pontuação de desempenho;

- No que se refere a cada questão individualmente, a pontuação de desempenho só pode ser dada se a companhia tiver pontuado um valor maior que zero na categoria disclosure.

Para se qualificar a receber pontuação de desempenho, as companhias devem pontuar no mínimo 50 pontos para disclosure. Pontuações de disclosure inferiores a 50 não necessariamente indicam desempenho fraco, mas informação insuficiente para a avaliação. A pontuação de desempenho de carbono é dada como uma das 6 bandas: A, A-, B, C, D e E (as pontuações são arredondadas antes das bandas serem aplicadas) que são definidas pelas características seguintes:



APÊNDICE B

Amostra da Pesquisa

RESPONDENTES 2011			
1. AES Tiete	12. CESP	23. Eletrobras	34. Porto Seguro
2. All Am Latina	13. COPEL	24. Eletropaulo	35. Souza Cruz
3. Ambev	14. CSN	25. Gol	36. Suzano
4. Bc Bradesco	15. SABESPdo	26. Itaúsa	37. Telefônica Brasil
5. Bc do Brasil	16. CCR	27. JBS	38. Tim
6. BM&FBovespa	17. COSAN	28. Klabin	39. Tractebel
7. Bradespar	18. CPFL Energia	29. Light	40. Ultrapar
8. Brasil Brokers	19. CTEEP	30. Natura	41. Vale
9. Braskem	20. Cyrela Brazil	31. Oi	
10. Cemig	21. Duratex	32. PDG Realty	
11. Pão de Açúcar	22. EDP	33. Petrobras	
RESPONDENTES 2012			
1. AES Tiete	13. CESP	25. Eletropaulo	37. PDG Realty
2. All Am Latina	14. COPEL	26. Embraer	38. Petrobras
3. Ambev	15. CSN	27. Gol	39. Porto Seguro
4. Bc Bradesco	16. SABESPdo	28. Itaú Unib	40. Souza Cruz
5. Bc do Brasil	17. CCR	29. Itaúsa	41. Suzano
6. BM&FBovespa	18. COPASA	30. JBS	42. Telefônica Brasil
7. Bradespar	19. CPFL Energia	31. Klabin	43. Tim
8. Brasil Brokers	20. CTEEP	32. Light S.A.	44. Tractebel
9. Braskem	21. Cyrela Brazil	33. Lojas Americanas	45. Ultrapar
10. BRF	22. Duratex	34. Marfrig	46. Vale
11. Cemig	23. EDP	35. Natura	47. Weg
12. Pão de Açúcar	24. Eletrobrás	36. Oi	

RESPONDENTES 2013			
1. AES Tiete	13. Pão de Açúcar	25. Eletropaulo	37. Oi
2. All Am Latina	14. CESP	26. Embraer	38. PDG
3. Ambev	15. COPEL	27. Gol	39. Petrobras
4. Bc Bradesco	16. CSN	28. Itaú Unib Holding	40. Porto Seguro
5. Bc do Brasil	17. SABESPdo	29. Itaúsa	41. Souza Cruz
6. Bc Santander	18. CCR	30. JBS	42. Suzano
7. BM&FBovespa	19. COPASA	31. Klabin	43. Telefónica Brasil
8. Bradespar	20. CPFL	32. Light	44. Tim
9. Brasil Brokers	21. Cyrela Brazil	33. Lojas Americanas	45. Tractebel
10. Braskem	22. Duratex	34. Lojas Renner	46. Ultrapar
11. BRF	23. EDP	35. Marfrig	47. Vale
12. Cemig	24. Eletrobrás	36. Natura	48. Weg
RESPONDENTES 2014			
1. AES Tiete	14. CESP	27. Eletropaulo	40. Odontoprev
2. All Am Latina	15. COPEL	28. Embraer	41. Oi
3. Ambev	16. CSN	29. Fibria Celulose	42. Petrobras
4. Bc Bradesco	17. SABESPdo	30. Gol	43. Porto Seguro
5. Bc do Brasil	18. Cielo	31. Itaú Unib Holding	44. QGEP
6. Bc Santander	19. CCR	32. Itaúsa	45. Souza Cruz
7. BM&FBovespa	20. COPASA	33. JBS	46. Telefónica Brasil
8. Bradespar	21. CPFL	34. Klabin	47. Tim
9. Brasil Brokers	22. Cyrela Brazil	35. Light	48. Tractebel
10. Braskem	23. Duratex	36. Lojas Americanas	49. Ultrapar
11. BRF	24. Ecorodovias	37. Lojas Renner	50. Vale
12. Cemig	25. EDP	38. Marfrig	51. Weg
13. Pão de Açúcar	26. Eletrobrás	39. Natura	
RESPONDENTES 2015			
1. AES Tiete	16. Cemig	31. Eletropaulo	46. Petrobras
2. All Am Latina	17. Pão de Açúcar	32. Embraer	47. Porto Seguro
3. Ambev	18. CESP	33. Fibria Celulose	48. QGEP
4. B2W	19. COPEL	34. Gol	49. Qualicorp
5. Bc Bradesco	20. CSN	35. Itaú Unib Holding	50. Raia Drogasil
6. Bc do Brasil	21. SABESPdo	36. Itaúsa	51. Randon
7. Bc Santander	22. Cielo	37. JBS	52. Souza Cruz
8. BANRISUL	23. CCR	38. Klabin	53. Telefónica Brasil
9. BM&FBovespa	24. COPASA	39. Light	54. Tim
10. BR Properties	25. CPFL	40. Lojas Americanas	55. Tractebel
11. Bradespar	26. Cyrela Brazil	41. Lojas Renner	56. Ultrapar
12. Braskem	27. Duratex	42. Marfrig	57. Vale
13. BRF	28. Ecorodovias	43. Natura	58. Weg
14. BRMALLS	29. EDP	44. Odontoprev	
15. Brookfield	30. Eletrobrás	45. Oi	

Fonte: CDP, 2016.

ANEXO A

CDP 2015 - Pedido de Informações sobre Mudanças Climáticas

O CDP tem como objetivos reduzir as emissões dos gases de efeito estufa das empresas e mitigar os riscos da mudança climática. Em 2014, 767 investidores com mais US\$ 92 trilhões em ativos endossaram o pedido de informações do CDP.

O conjunto de questões a seguir compõe o Pedido de Informação do Investor CDP 2013. Solicita-se às companhias que respondam às questões através do Online Response System (ORS) oferecido pelo CDP em seu site. Este documento é a representação do pedido de informação e ainda que as questões permaneçam as mesmas, seu formato pode mudar, principalmente naquelas em que alternativas e tabelas para detalhamento da informação são incluídas a fim de facilitar a resposta. Há orientação disponível no site do CDP de dezembro de 2013 que detalha todas as opções disponíveis e fornece capturas de tela do ORS para auxiliar as empresas a completarem o pedido.

Solicitamos uma resposta às questões que seguem até 30 de junho de 2015.

Responda ao pedido de informações através do nosso Sistema de Respostas Online (ORS - Online Response System). As instruções sobre como acessá-lo serão encaminhadas para o seu e-mail no início de fevereiro de 2015. Caso surjam dificuldades para responder pelo ORS, entre em contato conosco pelo e-mail respond@cdp.net. Poderemos solicitar que você compartilhe sua resposta com os investidores e membros dos programas CDP Supply Chain e Public Procurement, se eles forem seus clientes. Nesse caso, você será notificado por e-mail no início de abril de 2015 e sua aprovação será solicitada.

Aconselhamos as empresas a consultarem as orientações de divulgação de informação do CDP, (visite <https://www.cdp.net/guidance>) e a utilizar essas orientações do ORS. Responda às questões da maneira mais abrangente possível. Quando não possuir toda a informação necessária, responda o que tiver disponível. Isso, sem dúvida, será mais valioso do que uma resposta em branco.

Recomendamos que as empresas avaliem a relevância das questões de acordo com os princípios do "The Greenhouse Gas Protocol: A Corporate Accounting and Reporting Standard (Edição revisada)", desenvolvido pelo World Resources Institute e pelo World Business Council for Sustainable Development (www.ghgprotocol.org). De acordo com esses princípios, que também são apresentados no guia do CDP, uma informação é relevante quando contém os detalhes que os usuários, internos e externos da companhia, precisam para sua tomada de decisão.

Todas as questões que foram modificadas em relação ao questionário do ano passado receberam uma indicação. Observe que o período de reporte em relação ao qual você está disponibilizando informações, assim como a moeda com a qual você deseja reportar, devem ser definidos no ORS como primeiro passo para começar a responder o questionário.

Questões e Instruções Específicas para os Módulos Setoriais:

Além das questões CC0-15, há questões específicas, preparadas para companhias dos setores de Energia, Automobilístico e de Autopeças, bem como os de Petróleo e Gás, Tecnologia da Informação, Comunicação, Alimentício e de Tabaco. Isso faz parte de um movimento estratégico do CDP em direção a uma abordagem mais setorial. Esses módulos serão apresentados junto ao ORS e podem ser consultados no site do CDP. As empresas com atividades nesses setores devem responder as questões CC1-15 para todos os negócios dentro de seus limites consolidados e fornecer informações específicas referentes aos setores em resposta às questões adicionais.

CDP 2015 - Pedido de Informações sobre Mudanças Climáticas

Licença para uso do questionário do CDP:

Os direitos autorais do(s) questionário(s) do CDP são propriedade do Carbon Disclosure Project, uma instituição sem fins lucrativos, registrada sob o número 1122330 e uma companhia limitada, registrada na Inglaterra sob o número 05013650. O uso de qualquer fragmento do questionário, incluindo as questões, deve ser autorizado pelo CDP. O uso não autorizado é proibido e o Carbon Disclosure Project se reserva no direito de proteger seus direitos autorais por meio de todos os recursos legais que se fizerem necessários.

Para obter detalhes sobre taxas e licenças, envie e-mail para license@cdp.net

CDP 2015 - Pedido de Informações sobre Mudanças Climáticas

Introdução

CC0. Introdução

CC0.1: Introdução

Faça uma breve descrição e apresentação de sua organização.

CC0.2: Ano de Referência

Informe as datas de início e de fim do ano para o qual você está relatando dados.

CC0.3: Configuração da lista de países

Selecione os países para os quais você fornecerá os dados.

CC0.4: Seleção da moeda

Selecione a moeda na qual você submeterá sua resposta

CC0.6: Módulos

Caso o CDP já não tenha alocado um módulo setorial, as empresas podem escolhê-lo aqui.

CDP 2015 - Pedido de Informações sobre Mudanças Climáticas

Gestão

CC1. Governança**Responsabilidade Individual e de Grupo:**

CC1.1 Em sua empresa, onde se encontra o nível mais elevado de responsabilidade pelas mudanças climáticas?

Se for selecionado "Indivíduo/subgrupo ou outro comitê do Conselho", "Gestor/Diretor Sênior" ou "Outro Gestor":

CC1.1a Identifique a posição do responsável ou nome do comitê com essa atribuição.

Desempenho Individual:

CC1.2 Há incentivos para a gestão de assuntos relacionados às mudanças climáticas, incluindo o alcance de metas relativas aos gases de efeito de estufa (GEE)?

Se sim: CC1.2a. Forneça mais detalhes sobre os incentivos oferecidos à gestão das questões sobre mudança climática **(CDP 2014 CC1.2a, alterada)**

Quem tem o direito de se beneficiar desses incentivos?	Tipos de incentivos	Indicador de desempenho (<i>performance</i>) incentivado

CC2. Estratégia**Abordagem de Gestão de Risco**

CC2.1 Seleccione a opção que melhor descreve seus procedimentos de gestão de riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas

Se for selecionado "integrado a todo o processo de gestão de riscos da companhia" ou "processos específicos de gestão de riscos das mudanças climáticas", responda as questões CC2.1a - 2.1c:

CC2.1a Forneça mais detalhes sobre seus procedimentos de gestão de riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas

Frequência de monitoramento	A quem são relatados os resultados?	Áreas geográficas consideradas	Em que limite temporal os riscos são levados em conta?	Comentário

CC2.1b Descreva como seus processos de identificação de riscos e oportunidades são aplicados na empresa e nos ativos

CC2.1c Como você prioriza os riscos e as oportunidades identificados?

Caso selecione "Não há nenhum processo documentado para avaliar e gerenciar os riscos e as oportunidades relacionadas às mudanças climáticas":

CC2.1d Explique por que você não tem um processo ativo para avaliar e gerenciar os riscos e oportunidades gerados pelas mudanças climáticas e informe se você planeja introduzir tal processo no futuro

Principal motivo por não ter um processo	Planeja introduzir um processo?	Comentário

CDP 2015 - Pedido de Informações sobre Mudanças Climáticas

Gestão

Estratégia de Negócios

CC2.2 A mudança climática está integrada a sua estratégia de negócios?

Se sim: CC2.2a Descreva o processo de integração das mudanças climáticas na estratégia de seus negócios e os resultados desse processo

Se não: CC2.2b Explique porque a mudança climática não está integrada em sua estratégia de negócios

CC2.2c Sua empresa utiliza preço interno de carbono? **(Nova - CDP 2015)**

Se sim: CC2.2d Forneça detalhes e exemplos de como sua empresa utiliza o preço interno de carbono **(Nova - CDP 2015)**

Engajamento com os Formuladores de Políticas (Policy Makers)

CC2.3 A sua empresa está engajada em atividades que poderiam, direta ou indiretamente, influenciar as políticas públicas na área de mudanças climáticas de alguma das seguintes maneiras? (Marque todas que se aplicam)

- Envolvimento direto com formuladores Associações Comerciais
 Financiamento de organizações de pesquisa Outra Não

Se a opção "Envolvimento direto" estiver marcada:

CC2.3a Em que aspectos a empresa está envolvida com formuladores de políticas?

Foco em legislação	Posição Corporativa	Detalhes de engajamento	Solução legal proposta

Se a opção "Associações comerciais" estiver marcada:

CC2.3b A sua empresa faz parte do Conselho de quaisquer associações comerciais ou oferece outro apoio financeiro além da taxa de associação?

Se sim: CC2.3c Insira os detalhes sobre as associações comerciais que estão mais propensas a defender uma posição sobre a legislação na área de mudanças climáticas.

Associações Comerciais	A posição de sua empresa em relação às mudanças climáticas está de acordo com a dessas associações?	Explique o posicionamento delas	Como você influencia ou tenta influenciar nesse posicionamento?

Se a opção "Financiamento de organizações de pesquisa" estiver marcada:

CC2.3d A sua empresa divulga listas com todas as organizações de pesquisa que financia?

CC2.3e A sua empresa financia alguma organização de pesquisa para produzir trabalhos públicos sobre mudanças climáticas?

CDP 2015 - Pedido de Informações sobre Mudanças Climáticas

Gestão

Se sim: CC2.3f Descreva esse trabalho e como ele se alinha com a sua própria estratégia sobre as mudanças climáticas.

Se a opção "Outros" estiver marcada:

CC2.3g Forneça detalhes sobre as outras atividades de envolvimento

Se as opções "Envolvimento direto", "Associações Comerciais", "Financiamento de organizações de pesquisa" ou "Outros" estiverem marcadas:

CC2.3h Que medidas são tomadas para garantir que todas as suas atividades diretas e indiretas sejam consistentes com a estratégia global de mudanças climáticas da sua empresa?

Se a opção "Não" estiver marcada:

CC2.3i Explique por que não

CC2.4 O conselho de diretores de sua organização apoiaria um acordo internacional entre governos sobre mudanças climáticas cujo objetivo fosse limitar o aumento da temperatura global para baixo dos dois graus Celsius dos níveis pré-industriais, em consonância com os cenários do IPCC, por exemplo, o RCP2.6? **(Apenas no CDP 2015)**

Se "Sim", "Não" ou "Sem opinião" for selecionado:

CC2.4a Descreva a posição do Conselho sobre as consequências de um acordo eficaz para sua organização, bem como as atividades empreendidas por sua empresa para ajudar a formalizar este acordo em 2015, na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de Paris (COP 21) **(CDP 2015 apenas)**

CC3. Metas e iniciativas

Metas

CC3.1 A empresa tinha uma meta de redução de emissões ativa (concluída ou atingida) no ano de referência?

Se você tem uma meta absoluta:

CC3.1a Forneça detalhes de sua meta absoluta

Se você tem uma meta de intensidade:

CC3.1b Por favor, forneça detalhes da sua meta de intensidade

CC3.1c Indique que mudanças nas emissões absolutas esta meta de intensidade reflete

Os seguintes detalhes são solicitados para as metas (nas Questões CC3.1a e CC3.1b), ao serem introduzidos nas tabelas no ORS:

- Escopo
- % das emissões do Escopo
- % de redução ao ano base
- Denominador métrico (apenas para metas de intensidade)
- Ano base
- Emissões do ano base
- Ano da meta
- Comentário

CDP 2015 - Pedido de Informações sobre Mudanças Climáticas

Gestão

Direção da mudança esperada em termos de emissões absolutas do Escopo 1 + 2 ao concluir a meta	% de mudança esperada em termos de emissões absolutas do Escopo 1 + 2	Direção da mudança antecipada em termos de emissões absolutas do Escopo 3 ao concluir a meta?	% de mudança esperada em termos de emissões absolutas do Escopo 3?	Comentário

Para os dois tipos de metas, também:

CC3.1d Forneça mais detalhes sobre o progresso alcançado em relação a essa meta neste ano de referência

% Completo (tempo)	% Completo (emissões)	Comentário

Se sua empresa não tem uma meta:

CC3.1e Explique: (i) por que não; e (ii) preveja como suas emissões vão mudar ao longo dos próximos cinco anos

Iniciativas para redução de emissões

CC3.2 O uso dos produtos e serviços da sua empresa permite que terceiros deixem de emitir GEE?

Se sim: CC3.2a Forneça detalhes de como o uso de seus bens e/ou serviços permitem que terceiros evitem emitir GEE diretamente

CC3.3 Sua empresa possui medidas para reduzir emissões que estavam ativas no ano de referência (isso inclui aquelas em fase de planejamento e/ou fase de implementação)?

Se Sim, complete as questões CC3.3a, CC3.3b e CC3.3c:

CC3.3a Indique o número total de projetos em cada estágio de desenvolvimento e, para aqueles em fase de implementação, informe a redução de CO₂e estimada.

Estágio de desenvolvimento	Número de projetos	Economia total estimada de CO ₂ e em toneladas métricas de CO ₂ e (apenas para as linhas marcadas com *)
Em fase de pesquisa		
A ser implementado*		
Implementação iniciada*		
Implementado*		
Não implementado		

CDP 2015 - Pedido de Informações sobre Mudanças Climáticas

Gestão

CC3.3b Para as iniciativas implementadas no ano de referência, por favor forneça detalhes na tabela abaixo (**CDP 2014 CC3.3b, alterada**)

Tipo de atividade	Descrição da atividade	Economia anual de CO ₂ e em toneladas métricas	Escopo	Voluntário/Obrigatório	Economias financeiras alcançadas anualmente (valor em unidade monetária conforme especificado em CC0.4)	Investimento necessário (valor em unidade monetária conforme especificado em CC0.4)	Período de retorno financeiro (<i>payback</i>)	Tempo de vida estimado da iniciativa em anos	Comentário

CC3.3c Quais métodos sua empresa usa para direcionar os investimentos em atividades de redução de emissões?

Método	Comentário

Se não: CC3.3d Se sua empresa não possui iniciativas de redução de emissões, por favor explique por que não

CC4. Comunicações

CC4.1 Além do reporte ao CDP, sua empresa publicou alguma informação sobre sua resposta frente às mudanças climáticas e performance de emissões de GEE neste ano de referência? Em caso afirmativo, por favor, anexe a(s) publicação(ões) (**CDP 2014 CC4.1, alterada**)

Publicação	Status	Página/Seção de referência	Anexar o documento

Riscos e Oportunidades

CC5. Riscos das mudanças climáticas

CC5.1 Sua empresa identificou riscos relacionados às mudanças climáticas (atuais ou futuros) que possam gerar uma mudança substancial em suas operações, faturamento e gastos? (CDP 2014 CC5.1, alterada)

Por favor, identifique as categorias relevantes:

- Riscos causados por mudanças nos regulamentos
- Riscos causados por mudanças físicas nos parâmetros climáticos
- Riscos causados por outros fatores relacionados ao clima

CC6. Oportunidades das mudanças climáticas

CC6.1 Sua empresa identificou oportunidades relacionadas às mudanças climáticas que possam gerar uma mudança substantiva em suas operações, receitas ou despesas? (CDP 2014 CC6.1, alterada)

Por favor, identifique as categorias relevantes:

- Oportunidades causadas por mudanças nos regulamentos
- Oportunidades causadas por mudanças físicas nos parâmetros climáticos;
- Oportunidades causadas por outros fatores relacionados ao clima.

Para todos os riscos e/ou oportunidades identificadas, por favor informe os seguintes detalhes na tabela disponibilizada no ORS:

- Direcionador do risco/opportunidade
- Descrição
- Impacto potencial
- Prazo
- Direto/indireto
- Probabilidade
- Magnitude do impacto
- Implicações financeiras potenciais do risco/opportunidade antes de tomar medidas
- Métodos que estão sendo usados para administrar esse risco/opportunidade
- Os custos associados a essas ações

No caso de não identificar riscos e/ou oportunidade em qualquer uma das categorias:

Explique porque você não considera que sua empresa está exposta a riscos/opportunidades que possam gerar uma mudança significativa nas operações, receitas ou despesas do seu negócio

Investor CDP 2014 - Pedido de Informações

Emissões

CC7. Metodologia das emissões**Ano base**

CC7.1 Informe seu ano base e as emissões correspondentes (Escopos 1 e 2)

Use a tabela do ORS para fornecer os seguintes detalhes para os Escopos 1 e 2:

- Ano base
- Ano base das emissões do Escopo 1 (toneladas métricas de CO₂e)
- Ano base das emissões do Escopo 2 (toneladas métricas de CO₂e)

O CDP solicita às empresas que forneçam respostas para as questões CC8, CC9 e CC10 referentes aos três anos anteriores ao atual ano de referência, se não tiver feito isso antes ou se for a primeira vez que responde ao pedido de divulgação (disclosure).

Metodologia

CC7.2 Indique o nome do padrão, norma, protocolo ou metodologia que utilizou para coletar os dados das atividades e calcular as emissões do Escopo 1 e Escopo 2

Caso tenha selecionado "Outra":

CC7.2a Caso tenha selecionado "Outra" em CC7.2, Forneça detalhes do padrão, protocolo ou metodologia que você usou para coletar dados de atividade e calcular as emissões do Escopo 1 e Escopo 2

CC7.3 Forneça o potencial de aquecimento global (GWP - *Global Warming Potential*) que aplicou e a respectiva origem

Gás	Referência

CC7.4 Indique os fatores de emissão que aplicou e a respectiva origem; ou então, anexe uma planilha de Excel com essa informação

Combustível/Material/Energia	Fator de Emissão	Unidade	Referência

CC8. Dados das Emissões**Limite**

CC8.1 Seleccione o limite que você utiliza para seu inventário do Escopo 1 e 2 de gases de efeito estufa
Selecione de:

- Controle Financeiro
- Controle Operacional
- Participação acionária (*equity share*)
- Outro

As empresas que utilizam o a estrutura do CDSB devem selecionar a opção controle financeiro em CC8.1, relatar as emissões do Escopo 1 e 2 em conformidade e fornecer os detalhes da estrutura do CDSB em sua estrutura jurídica em CC9.2e e CC10.2d.

Investor CDP 2014 - Pedido de Informações

Emissões

Dados de emissões dos Escopos 1 e 2

CC8.2 Informe os valores brutos de emissões globais do Escopo 1 em toneladas métricas de CO₂e

CC8.3 Informe os valores brutos de emissões globais do Escopo 2 em toneladas métricas de CO₂e

CC8.4 Existem fontes de emissões (ex., instalações, gases de efeito estufa (GHG) específicos, atividades, geografias, etc.) do Escopo 1 e Escopo 2 que fazem parte da categoria selecionada, mas não estão incluídas em sua divulgação (*disclosure*)?

Se sim: CC8.4a Forneça detalhes das fontes de emissões do Escopo 1 e Escopo 2 que fazem parte da categoria selecionada, mas que não estão incluídas em sua divulgação (*disclosure*)

Fonte	Relevância das emissões do Escopo 1 desta fonte	Relevância das emissões do Escopo 2 desta fonte	Explique por que essa fonte foi excluída

Precisão dos dados

CC8.5 Estime o nível de incerteza dos resultados referentes ao total absoluto de emissões dos Escopos 1 e 2 informados e especifique as fontes de incerteza na sua coleta de dados, manipulação e cálculos (**CDP 2014 CC8.5, alterada**)

Escopo	Grau de incerteza	Principal fonte de Incerteza	Explique a incerteza de seus dados.
1			
2			

Verificação Externa ou Assurance

CC8.6 Indique o status da verificação/garantia (*assurance*) que se aplica às emissões do Escopo 1

Se as emissões do Escopo 1 foram submetidas à verificação ou asseguaração de terceiros (processo completo ou em andamento):

CC8.6a Forneça mais detalhes sobre a verificação/garantia utilizada para as emissões do Escopo 1 e anexe os documentos relevantes

Tipo de verificação ou <i>assurance</i>	Anexar o documento	Página/Seção de referência	Padrão/Norma pertinente	% de emissões do Escopo 1 relatadas e verificadas

Se “nenhuma verificação ou assurance de terceiros – CEMS regulatório requerido” foi selecionada:

CC8.6b Por favor, forneça mais detalhes sobre o regime regulatório que está sendo cumprido que especifica o uso do Sistema de Monitoramento Contínuo de Emissões (CEMS, do inglês *Continuous Emissions Monitoring Systems*)

Regulação	% de emissões abrangidas pelo sistema	Período de cumprimento	Provas da aceitação

Investor CDP 2014 - Pedido de Informações

Emissões

CC8.7 Indique o status da verificação/garantia (*assurance*) que se aplica às emissões do Escopo 2

Se as emissões do Escopo 2 foram submetidas à verificação ou garantia de terceiros (processo completo ou em andamento):

CC8.7a Forneça mais detalhes sobre a verificação/garantia utilizada para as emissões do Escopo 2 e anexe documentos relevantes

Tipo de verificação ou <i>garantia</i>	Anexar o documento	Página/Seção de referência	Padrão/Norma pertinente	% de emissões do Escopo 2 relatadas e verificadas

CC8.8 Identifique se, além da verificação dos valores das emissões relatados em CC8.6, CC8.7 e CC14.2, há dados verificados como parte do trabalho de verificação de terceiros (**CDP 2014 CC8.8, alterada**)

Dados adicionais verificados	Comentário

Emissões de CO₂ de Carbono Sequestrado Biologicamente

CC8.9 As emissões de CO₂ efetuadas a partir de carbono sequestrado biologicamente são relevantes para sua organização?

Se sim: 8.9a Forneça as emissões efetuadas a partir de carbono sequestrado biologicamente relevantes para sua organização em toneladas métricas de CO₂

CC9. Divisão das emissões do Escopo 1

CC9.1 Você tem fontes de emissões do Escopo 1 em mais de um país?

Sim: CC9.1a Divida o total das emissões do Escopo 1 globais por país/região

Empresas de energia elétrica devem relatar emissões por país/região, usando as tabelas em EU2 (Setor de Energia Elétrica)

Empresas do setor de Óleo e Gás devem oferecer a divisão das emissões por segmento da cadeia de valor e atividade no módulo OG (Petróleo e Gás)

Empresas de tecnologia da informação e comunicação podem usar o módulo setorial para dividir suas emissões por atividade.

País/Região	Escopo 1 em toneladas métricas de CO ₂ e

CC9.2 Indique que outras divisões de emissões do Escopo 1 você pode fornecer (assinalar todas as que se aplicam)

Por unidade de negócio (CC9.2a)

Por instalação (CC9. 2b)

Por tipo de GEE (CC9.2c)

Por atividade (CC9.2d)

Investor CDP 2014 - Pedido de Informações

Emissões

Pela estrutura legal (CC9.2e)

Toda vez que a opção de breakdown for selecionada, aparecerá uma tabela para inserção das informações sobre essas emissões.

CC10. Divisão das Emissões do Escopo 2

CC10.1 Sua empresa tem emissões do Escopo 2 em mais de um país?

Se sim: CC10.1a Divida o total das emissões de Escopo 2 globais e o consumo de energia por país/região

As **Empresas do setor de Óleo e Gás** devem dividir as emissões por segmento da cadeia de valor como apresentado em OG2

Empresas de tecnologia da informação e comunicação podem usar o módulo setorial para responder à CC10.2c

País/Região	Escopo 2 em toneladas métricas de CO ₂ e	Eletricidade, calor, vapor ou resfriamento (MWh) comprados e consumidos	Eletricidade, calor, vapor ou resfriamento de baixo carbono contabilizados em CC8.3 (MWh)

CC10.2 Indique que outras divisões de emissões do Escopo 2 você pode fornecer (assinalar todas as que se aplicam)

- Por unidade de negócio (CC10.2a) Por instalação (CC10. 2b)
 Por atividade (CC10.2c) Pela estrutura legal (CC10.2d)

Toda vez que a opção de divisão for selecionada, aparecerá uma tabela para inserção das informações sobre essas emissões.

CC11. Energia

CC11.1 Qual o percentual do total de gastos das operações, durante o ano de referência, corresponde a energia?

CC11.2 Informe a quantidade de combustível, eletricidade, calor, vapor e refrigeração em MWh comprados e consumidos durante o ano de referência

Tipo de energia	MWh
Combustível	
Eletricidade	
Calor	
Vapor	
Refrigeração	

CC11.3 Por favor, na tabela abaixo, detalhe o dado anterior, informando a quantidade gasta por tipo de Combustível.

Combustíveis	MWh

CC11.4 Forneça detalhes sobre os montantes de eletricidade, calor, vapor ou refrigeração que foram contabilizados no fator de baixa emissão de carbono relatado em CC8.3

Investor CDP 2014 - Pedido de Informações

Emissões

Base para a aplicação de um fator de baixa emissão de carbono	MWh associado com a eletricidade, calor, vapor ou resfriamento de baixo carbono	Comentário

CC12. Performance das Emissões**Histórico de Emissões**

CC12.1 Como as emissões brutas (Escopos 1 e 2 combinados) do ano de referência variaram em comparação com o ano anterior?

Se as emissões aumentaram, diminuíram ou permaneceram as mesmas:

CC12.1a Identifique as razões para qualquer variação de suas emissões brutas (Escopo 1 e 2 combinados) e compare cada uma delas com suas emissões do ano **(CDP 2013 Q12.1a, alterada)**

Razão	Valor das emissões (percentagem)	Direção da variação	Comentário
Atividades de redução de emissões			
Desinvestimento			
Aquisições			
Fusões			
Mudança no output			
Mudança na metodologia			
Mudança da categoria			
Mudança nas condições físicas de operação			
Não identificado			
Outro			

Intensidade de Emissões

CC12.2 Descreva as emissões brutas combinadas dos Escopos 1 e 2, relacionadas às atividades do ano de referência em toneladas métricas de CO₂e por unidade de ingressos totais de receitas. **(CDP 2013 Q12.2, alterada)**

Dado de intensidade	Numerador métrico	Denominador métrico	% de variação em relação ao ano anterior	Direção da variação em relação ao ano anterior	Motivo da variação
	Toneladas métricas de CO ₂ e	Unidade de receita total			

CC12.3 Descreva suas emissões brutas dos Escopos 1 e 2 combinados do ano de referência em toneladas métricas de CO₂e por empregado equivalente a tempo completo (*Full Time Equivalent - FTE*)

Dado de intensidade	Numerador métrico	Denominador métrico	% de variação em relação ao ano anterior	Direção da variação em	Motivo da variação
---------------------	-------------------	---------------------	--	------------------------	--------------------

Investor CDP 2014 - Pedido de Informações

Emissões

				relação ao ano anterior	
	Toneladas métricas de CO ₂ e	FTE de Funcionário			

CC12.4 Forneça uma medida de intensidade (normalizada) adicional apropriada para o seu negócio e operações.

Dado de intensidade	Numerador métrico	Denominador métrico	% de mudança em relação ao ano anterior	Direção da variação em relação ao ano anterior	Motivo da variação
	Toneladas métricas de CO ₂ e				

As Empresas de tecnologia da informação e comunicação podem usar o módulo setorial para responder à CC10.

CC13. Comercialização de emissões

CC13.1 Sua empresa participa de regimes de comercialização de emissões?

Se sim: CC3.1a Preencha a seguinte tabela para cada um dos regimes de comercialização de emissões em que participa.

Nome do regime	Período de Tempo pelo qual os dados foram fornecidos	Licenças alocadas	Licenças adquiridas	Emissões verificadas em toneladas métricas de CO ₂ e	Detalhes da propriedade

Em caso afirmativo ou "Não, mas pretendemos fazê-lo nos próximos 2 anos":

CC13.1b Qual é a sua estratégia para o cumprimento dos regimes em que você participa ou pretende participar?

CC13.2 Sua empresa deu origem a quaisquer créditos de carbono baseados em projetos ou adquiriu créditos dentro do período de divulgação de informação?

Se sim: CC13.2a Forneça detalhes sobre os créditos de carbono baseados em projetos originados ou comprados por sua organização no período de divulgação de informação Criação ou aquisição de créditos

Geração de crédito ou compra de crédito	Tipo do projeto	Identificação do projeto	Norma de verificação	Número de créditos (toneladas métricas de CO ₂ e)	Número de créditos (toneladas de CO ₂ e): Volume ajustado ao risco	Créditos cancelados	Propósito, e.x., conformidade

Investor CDP 2014 - Pedido de Informações

Emissões

CC14. Emissões do Escopo 3

CC14.1 Declare as emissões do Escopo 3 de sua empresa, declarando e explicando quaisquer exclusões. (CDP 2013 Q14.1, alterada)

Os **Fabricantes de automóveis** devem consultar o módulo setorial antes de completar a questão CC14.1

Investor CDP 2014 - Pedido de Informações

Informações Importantes

Fontes das emissões do Escopo 3	Status da avaliação	Toneladas métricas de CO ₂ e	Metodologia do cálculo das emissões	Percentual de emissões calculado usando dados primários	Explicação
Serviços e bens comprados					
Bens de capital					
Atividades relacionadas a Combustível e energia (não incluídas nos Escopos 1 ou 2)					
Transporte e distribuição a montante					
Resíduos produzidos nas operações					
Viagens de negócios					
Deslocamento de empregados					
Ativos arrendados a montante					
Investimentos					
Distribuição e transporte a jusante					
Transformação de produtos vendidos					
Utilização de produtos vendidos					
Tratamento de fim de vida útil de produtos vendidos					
Ativos arrendados a jusante					
Franquias					
Outros (a montante)					
Outros (a jusante)					

CC14.2 Indique o status da verificação/garantia (*assurance*) que se aplica às emissões de Escopo 3

Se as emissões do Escopo 3 foram submetidas à verificação ou garantia de terceiros (processo completo ou em andamento):

CC14.2a Forneça mais detalhes sobre a verificação/garantia utilizada e anexe documentos

Tipo de verificação ou garantia	Anexar o documento	Página/Seção de referência	Padrão/Norma pertinente	% de emissões do Escopo 3 relatadas e verificadas

CC14.3 Você é capaz de comparar suas emissões do escopo 3 deste ano base com as do ano anterior?

Se sim: CC14.3a Identifique as razões para quaisquer variações de suas emissões do Escopo 3 e compare cada uma delas com suas emissões do ano anterior

Fontes das emissões do Escopo 3	Motivo da variação	Valor das emissões (percentagem)	Direção da variação	Comentário

Investor CDP 2014 - Pedido de Informações

Informações Importantes

--	--	--	--	--

CC14.4 A sua empresa se envolve em sua cadeia de valor com algum elemento das estratégias em relação ao tema das emissões de GEE e estratégias de mudanças climáticas? (Marque todas que se aplicam)

- Sim, com nossos fornecedores
 Sim, com nossos clientes
 Sim, com outros parceiros da cadeia de valor
 Não, nós não nos engajamos

Se as opções "Sim, com os nossos fornecedores", "Sim, com os nossos clientes" ou "Sim, com outros parceiros na cadeia de valor" foram marcadas:

CC14.4a Por favor forneça detalhes sobre os métodos de envolvimento, estratégias para priorizar compromissos e medidas de sucesso.

E se a opção "Sim, com os nossos fornecedores" for assinalada, complete as questões CC14.4b e CC14.4c

CC14.4b Para dar uma noção de escala do envolvimento atual, declare o número de fornecedores com os quais a empresa está envolvida e a proporção de gasto que eles representam.

Número de fornecedores	% do gasto total	Comentário

CC14.4c Se a sua empresa tiver dados sobre as emissões de GEE de seus fornecedores e suas estratégias em relação às mudanças climáticas, explique como sua empresa faz uso desses dados

Como a empresa faz uso dos dados	Forneça detalhes

Se "Não, nós não nos engajamos" for marcada:

CC14.4d Explique por que não, e informe se possui planos para desenvolver uma estratégia de envolvimento no futuro. **(CDP 2013 Q14.4d, alterada)**

Assinatura

CC15.1 Forneça as seguintes informações sobre o indivíduo que assinou (aprovou) as respostas.

Nome	Função	Categoria profissional correspondente

Informações Importantes

O CDP encaminha pedidos de informação referentes a carbono e mudanças climáticas em nome de investidores desde 2002. Para saber mais sobre o CDP e consultar as respostas anteriores de outras organizações, acesse o nosso website em www.cdp.net.

Porque o pedido de informações é feito por um grupo de acionistas a um grupo de empresas em vez de ser feito por uma acionista individual a uma empresa individual?

- (a) Para facilitar o reporte e comunicação por parte das empresas, fornecendo um pedido padronizado que requer uma única resposta a ser entregue a vários investidores,
- (b) Para receber dados em um formato único das maiores empresas do mundo.

Para quais empresas escreveremos em 2015?

As empresas participantes dos programas do CDP são selecionadas através de critérios ambientais e econômico (mercado). Consulte nosso website em www.cdp.net/samples para saber mais sobre as empresas de cada programa e os critérios de seleção utilizados.

Quais são as implicações financeiras em responder?

O CDP é uma organização sem fins lucrativos e procura usar seus recursos limitados de forma eficaz. Assim, as empresas devem arcar com eventuais custos para elaboração das respostas ao CDP. O CDP também se reserva o direito de, sempre que julgar conveniente, tendo em vista seus objetivos, cobrar pelo acesso ou uso de dados e/ou relatórios que publica.

Qual é a forma de participação e o que acontecerá com os dados recebidos?

As empresas que responderem ao Pedido de Informações sobre mudanças climáticas - CDP 2015 - não podem fazer nenhuma reivindicação de propriedade sobre os dados e, ao submeter sua resposta, concordam que o CDP tem uma licença irrevogável para usar e copiar as respostas e seu conteúdo sem restrição e para autorizar outros a fazerem o mesmo. As empresas que responderem ao Pedido de Informações sobre mudanças climáticas - CDP 2015 - concordam que o CDP é livre para fazer uso dos dados com respeito às respostas públicas sem nenhuma restrição e não públicas, conforme descrito abaixo, para cumprimento da sua missão. As empresas respondentes também concordam que CDP é o proprietário dos bancos de dados em que as informações estão armazenadas, bem como do conteúdo desses bancos de dados.

Ao responder ao CDP você pode optar por submeter sua resposta de forma pública ou não pública. Incentivamos as empresas a tornar pública a sua resposta, o que significa que ela estará disponível ao público no site do CDP, conforme descrito abaixo. As respostas não-públicas ficarão disponíveis apenas para os investidores-sinatários do CDP, conforme descrito abaixo.

Para as respostas públicas

As empresas concordam que as respostas públicas ao Pedido de informações sobre mudanças climáticas do CDP 2015 serão utilizadas pelo CDP na promoção de sua missão sem fins lucrativos e que as respostas poderão ser:

1. Disponibilizadas assim que for recebida pelo CDP para seus investidores sinatários, parceiros, redatores dos relatórios, agências de rating selecionadas e quaisquer outros que o CDP considere necessários,
2. Disponibilizadas ao público em www.cdp.net a partir de outubro de 2015, armazenadas e preservadas em servidores do CDP indefinidamente para consulta,
3. Distribuídas através de parceiros selecionados,
4. Compilada nos bancos de dados do CDP e disponibilizada em sua forma original, modificada ou adaptada (mediante taxa ou de outro modo) para uso por empresas comerciais e não comerciais,
5. Complementadas com informações sobre a empresa de outras fontes públicas, incluindo agências de rating e distribuidoras de informação financeira,

Informações Importantes

6. Usadas como exemplo de boas práticas na literatura e pesquisas do CDP,
7. Usadas individualmente ou como parte dos resultados agregados em relatórios do CDP e em qualquer outra pesquisa realizada ou encomendada pelo CDP,
8. Usadas de qualquer outra forma que esteja de acordo com a missão do CDP.

Para as respostas não públicas

As empresas concordam que as respostas não-públicas ao Pedido de Informações sobre as mudanças climáticas do CDP 2015 poderão ser:

1. Disponibilizadas aos seus signatários investidores, parceiros e redatores dos relatórios, assim que for recebida pelo CDP, mas não a quaisquer outras partes,
2. Utilizadas na produção de dados estatísticos agregados ou anônimos em qualquer relatório do CDP.

Pontuação das respostas

O CDP e outras organizações elaboram e publicam relatórios que incluem uma visão geral das respostas ao CDP. Alguns relatórios receberão uma pontuação de respostas em relação à abrangência de Divulgação (disclosure) das empresas e a fatores de desempenho (performance). As companhias concordam que suas respostas somente poderão receber pontuação dos elaboradores se forem entregues no formato solicitado pelo CDP.

Apenas as companhias com pontuação alta e que entregaram suas respostas de forma pública poderão ser reconhecidas como líderes com base neste sistema.

Se uma empresa encaminhar sua resposta de forma não-pública, a resposta ainda poderá ser avaliada e sua pontuação publicada. Entre em contato com seu escritório local do CDP (ver wwwcdp.net/cdp-worldwide) caso queira saber se suas respostas receberão pontuação.

E se uma empresa quiser alterar ou atualizar uma resposta?

Alterações e revisões devem ser preparadas pelas empresas até 30 de junho de 2015 para serem incluídas nos relatórios anuais do CDP. Após essa data, as respostas só poderão ser alteradas pela equipe do CDP e isso pode incorrer em uma taxa de administração. O CDP não garante que as alterações solicitadas após 30 de junho de 2015 sejam contempladas nos relatórios produzidos.

Como uma empresa pode confirmar a sua participação?

Após o recebimento desses documentos, envie um e-mail para respond@cdp.net para confirmar a sua participação no CDP 2015.

Qual é o estatuto jurídico do CDP?

O CDP Worldwide é uma entidade de origem inglesa sem fins lucrativos, registrada sob o nº 1122330, e uma companhia limitada por garantia, registrada na Inglaterra sob o nº 05013650. Nos EUA, o Carbon Disclosure Project (América do Norte) é um projeto especial da Rockefeller Philanthropy Advisors, com status de entidade sem fins lucrativos - IRS 501(c)(3).

O CDP é uma organização sem fins lucrativos e independente que detém o maior banco de dados global de informações corporativas relatadas pelas próprias empresas sobre mudança climáticas. Os dados também incluem informações sobre recursos hídricos e florestais.

Milhares de organizações das principais economias do mundo medem e divulgam as suas emissões de gases de efeito estufa e estratégias frente as mudanças climáticas através do CDP. O CDP põe estas informações no centro das decisões políticas e financeiras; seu objetivo é coletar e distribuir informações de alta qualidade, motivando investidores, empresas e governos a agirem para prevenir eventos catastróficos relacionados às mudanças climáticas, bem como proteger nossos recursos naturais.

Investor CDP 2014 - Pedido de Informações

Informações Importantes

Relatórios Globais (Global Reporting Initiative)

O secretariado do CDP trabalha com a Global Reporting Initiative (GRI) para garantir que o pedido de informações e os Indicadores GRI estejam estreitamente alinhados e sejam complementares.

Licença para uso do questionário do CDP:

Os direitos autorais do(s) questionário(s) do CDP são propriedade do Carbon Disclosure Project, uma instituição sem fins lucrativos, registrada sob o número 1122330 e uma companhia limitada, registrada na Inglaterra sob o número 05013650. O uso de qualquer fragmento do questionário, incluindo as questões, deve ser autorizado pelo CDP. O uso não autorizado é proibido e o Carbon Disclosure Project se reserva no direito de proteger seus direitos autorais por meio de todos os recursos legais que se fizerem necessários.

Para obter detalhes sobre taxas e licenças, envie e-mail para license@cdp.net

